

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES
MILITARES NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA
FAIXA DE FRONTEIRA**

**JARDIM
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES
MILITARES NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA
FAIXA DE FRONTEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de
Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia

Orientador: Prof^o. Dr^o. Orlando Moreira Junior

**JARDIM
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SERVIÇO TÉCNICO DE
BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO UEMS- JARDIM

LIMA, Eduardo Henrique de Oliveira Lima

A territorialização das organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira. Eduardo Henrique de Oliveira Lima / – Jardim: UEMS, 2018. 99 f.

TCC (Graduação) – Licenciatura em Geografia - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Moreira Junior

Bibliografia: p.

1. Conceitos: limite; fronteira; divisa; faixa/zona de fronteira; território; territorialização; espaço vital 2. Caracterização do recorte espacial pesquisado 3. Organizações militares situadas na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira 4. O Estado, a organização territorial das fronteiras e seus desdobramentos 5. O Estado e a criminalidade transfronteiriça 6. Relações de controle e poder das organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira 7. O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) 8. As organizações militares na visão dos moradores de Jardim, Nioaque e Bela Vista

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) permissão para reproduzir cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos e científicos.

TERMO DE APROVAÇÃO

Eduardo Henrique de Oliveira Lima

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA FAIXA DE FRONTEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador: Prof **Dr. Orlando Moreira Junior**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Orlando Moreira Junior
Orientador

Prof. Dr. Tiago Satim Karas
Avaliador

Prof. Me. Elvis dos Santos Mattos
Avaliador

Jardim, _____ de novembro de 2018.

DEDICATÓRIA

A todo aquele que tem sede de saber. Em especial a toda praça das Forças Armadas que nutre o sonho de concluir o curso superior.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus por me conceder saúde, guardar-me, e permitir que saído da pequena Santo Aleixo, eu chegasse até aqui.

Agradeço também a toda minha família, mesmo à distância, pelo apoio incondicional, não só nesta jornada, mas em toda minha vida. Ao meu pai (*in memoriam*) agradeço o exemplo de dedicação e perseverança durante nosso convívio, mesmo diante de obstáculos que pareciam intransponíveis. À minha mãe agradeço por sempre estimular minha criatividade, por me apresentar a magia da leitura desde pequeno, o que abriu caminho para o meu caso de amor com os livros.

Agradeço ao Tenente Manoel Antônio da Rosa Junior, meu chefe de seção no quartel, durante 3/4 do curso que este trabalho encerra. Primeiramente, por toda a compreensão e apoio nos diversos momentos em que precisei me ausentar para cumprir com trabalhos, provas, estágios, aulas de campo e eventos científicos. Além disso, por todos os conselhos profissionais e de vida, sobretudo durante todos os eventos traumáticos que passei no ano de 2016. Foi fundamental para que além de prosseguir com meu curso, eu viesse a seguir em frente com minha vida.

Agradeço também aos demais companheiros de trabalho que, cuidadosa e pacientemente, ajudaram-me a suportar os diversos percalços do longo percurso que é a graduação. Em especial destes últimos dois anos, com a realização dos estágios e deste trabalho de conclusão de curso. Sempre solícitos, concederam a mim todo o apoio, proporcionando toda a tranquilidade para que pudesse me dedicar a este projeto de vida.

Agradeço aos pouquíssimos, mas fiéis amigos de classe, que nunca deixaram de me apoiar em todos os infinitos seminários, aulas de campo, estágios, regências, etc. Ao meu orientador por ter me dado este tema de presente, e ter acreditado em minha capacidade para realizar esta pesquisa, desde o primeiro ano de curso. Agradeço também por toda a paciência e ensinamento ao longo destes quatro anos.

Faço votos de que toda a pesquisa realizada ao longo dos quatro anos de graduação, iniciada na iniciação científica e finalizada nesse trabalho de conclusão de curso, não seja um fim em si mesma. Desejo que possa inspirar outros acadêmicos a produzirem dentro da Geopolítica, área ainda pouco difundida no meio científico brasileiro.

A todos vocês que, de algum modo, fizeram parte da minha vida acadêmica, inclusive aos que ficaram pelo caminho. Muito obrigado! O mérito é de todos nós!

EPÍGRAFE

“A geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos”
(Carlos de Meira Mattos).

RESUMO

As fronteiras são tradicionalmente espaço de divisão, no entanto fazem parte da construção do território. A ação castrense, a partir das organizações militares, é marcante no tecido epitelial estatal no que tange às relações de controle e poder ali estabelecidas. Esta pesquisa compreende e define a territorialidade construída pelos aquartelamentos na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, denominada Bodoquena. Este processo é analisado dentro da formação do Estado Nacional brasileiro. Metodologicamente foram feitos: levantamento bibliográfico, coleta de dados primários e secundários; aplicação de questionários; elaboração e confecção de tabelas, gráficos e mapas para uma melhor visualização dos dados adquiridos; análise e sistematização dos mesmos. Constatou-se que o Exército enquanto braço estatal assume diferentes papéis, caracterizando-se enquanto agente econômico, político e social na organização do território. Sua atuação está amalgamada com as populações com as quais interage, seja na repressão dos delitos transfronteiriços, bem como no sustento humanitário. Esta simbiose é a chave para a territorialização ora analisada.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira. Território. Territorialização. População. SISFRON

ABSTRACT

Borders are traditionally a space of division, however they are part of the construction of the territory. Military action, based on military organizations, is remarkable in regards to the relations of control and power established there. This research understands and defines the territoriality constructed by the quartering in the subregion XII of the Central Arch of the Border Range, called Bodoquena. This process is analyzed within the formation of the Brazilian National State. Methodologically, we made: bibliographical survey, collection of primary and secondary data; conduction of survey; setting up and preparation of tables, graphs and maps for a better visualization of the acquired data; analysis and systematization of the same. It was verified that the Army, as state arm, assumes different roles, characterizing itself as an economic, political and social agent in the organization of the territory. Its work is amalgamated with the populations with which it interacts, by the repression of transnational crimes, as well as in the humanitarian support. This symbiosis is the key to the territorialization analyzed.

KEY WORDS: Border. Territory. Territorialization. Population. SISFRON

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arcos e sub-regiões da faixa de fronteira.....	33
Figura 2 – Localização das Organizações Militares existentes na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira e no estado de Mato Grosso do Sul	41
Figura 3 – Localização do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada na cidade de Bela Vista	42
Figura 4 – Localização da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada na cidade de Jardim	42
Figura 5 – Localização do 4º Grupo de Artilharia de Campanha na cidade de Nioaque	43
Figura 6 – PBCE sendo realizado na Operação Dourados	44
Figura 7 – Governador Reinaldo Azambuja em entrevista coletiva sobre o conflito entre indígenas e proprietários rurais Divulgação/ Ministério da Defesa.....	45
Figura 8 – Aldo Rebelo (então Ministro da Defesa), Fábio Edir dos Santos Costa (reitor da UEMS) e General Rui Yutaka Matsuda (então comandante da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada).....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos Entrevistados	73
Gráfico 2 – Faixa Etária dos entrevistados	74
Gráfico 3 – Escolaridade dos entrevistados de Jardim	75
Gráfico 4 – Escolaridade dos entrevistados de Nioaque	75
Gráfico 5 – Escolaridade dos entrevistados de Bela Vista	76
Gráfico 6 – Renda dos entrevistados de Nioaque, Jardim e Bela Vista	77
Gráfico 7 – Vínculo dos entrevistados com exército em Jardim, Nioaque e Bela Vista, respectivamente	79
Gráfico 8 – Reconhecimento do Exército como agente fiscal em Jardim, Bela Vista e Nioaque.....	84
Gráfico 9 – Reconhecimento do Exército como apoiador da saúde em Jardim, Bela Vista e Nioaque	85
Gráfico 10 – Reconhecimento do Exército como catalisador do desenvolvimento social e econômico em Jardim, Bela Vista e Nioaque.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organizações Militares existentes na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira.....	37
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

10º R C Mec- Décimo Regimento de Cavalaria Mecanizada
9º B E Cnst- Nono Batalhão de Engenharia de Construção
9º GAC- Nono Grupo de Artilharia de Campanha
9º GAC Cav 75- Nono Grupo de Artilharia a Cavalo 75 milímetros
4ª Cia E Cmb Mec- Quarta Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada
ACISO- Ação Cívico-social
AGU- Advocacia Geral da União
BID- Base Industrial de Defesa
BR- Brasil
CMC- Conselho do Mercado Comum
CNJ- Conselho Nacional de Justiça
CP-Código Penal
CPP- Código de Processo Penal
CRFB/88- Constituição da República Federativa do Brasil
EME- Estado Maior do Exército
FT-90- Força Terrestre 1990, projeto estratégico
GAHIF- Grupo Ad Hoc de Integração Fronteira
GLO- Garantia da Lei e da Ordem
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LICC- Lei de Introdução ao Código Civil
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
MJ- Ministério da Justiça
MP- Ministério Público
MRE- Ministério das Relações Exteriores
OCD- Operação de Controle de Distúrbios
OM- Organização Militar
ONU- Organização das Nações Unidas
OS- Organização Social
OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSP- Órgãos de Segurança Pública
PBCE- Posto de Bloqueio e Controle de Estradas
PBCFLU- Posto de Bloqueio e Controle Fluvial

PBCUV- Posto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas
PDFF- Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira
PF- Polícia Federal
PGR- Procuradoria Geral da República
PSE- Posto de Segurança Estático
PY- Paraguai
SISFRON- Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
STF- Superior Tribunal Federal
STJ- Superior Tribunal de Justiça
UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CAPÍTULO I- CONCEITOS: LIMITE; FRONTEIRA; DIVISA; FAIXA/ZONA DE FRONTEIRA; TERRITÓRIO; TERRITORIALIZAÇÃO; ESPAÇO VITAL	19
1.1 Limite	19
1.2 Divisa	20
1.3 Fronteira	20
1.4 Faixa/zona de fronteira	22
1.5 Território	23
1.6 Territorialização	25
1.7. Espaço vital	26
2. CAPÍTULO II- CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL PESQUISADO	29
2.1 A Marcha para o Oeste	29
2.2 A proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF/2005)	31
2.3 As três fronteiras	32
2.4 O Arco Central	34
2.5 Escala sub-regional	34
2.6 Sub-região XII: Bodoquena	34
3. CAPÍTULO III - AS ORGANIZAÇÕES MILITARES SITUADAS NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA FAIXA DE FRONTEIRA	37
3.1 Ações subsidiárias do Exército	45
4. CAPÍTULO IV - O ESTADO, A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS FRONTEIRAS E SEUS DESDOBRAMENTOS	48
4.1 Geopolítica e fronteira	48
4.2 O Estado e a questão fronteiriça	51
4.3 Estado: agente político	52
4.4 Estado: agente social	53

4.5 Estado: agente fiscal	54
4.6 Estado: agente econômico	55
5. CAPÍTULO V- O ESTADO E A CRIMINALIDADE TRANSFRONTEIRIÇA	57
5.1 A necessidade de unificação legislativa transfronteiriça para o combate ao ilícito	57
6. CAPÍTULO VI- RELAÇÕES DE CONTROLE E PODER DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA FAIXA DE FRONTEIRA	61
6.1 ACISO & fronteira: a integração com as comunidades carentes como elemento afirmador da soberania	62
6.2 Mão Amiga: o braço estatal que alcança os rincões mais carentes	63
7. CAPÍTULO VII- O SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)	65
7.1 O que é o SISFRON?	65
7.2 O SISFRON para os comandantes das organizações militares da sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira	66
7.3 SISFRON: cooperação e estabilidade	67
7.4 A restrição orçamentária chega ao SISFRON	68
7.5 Exército admite atraso no SISFRON, mas anuncia expansão para Mato Grosso e Paraná	69
8. CAPÍTULO VIII- AS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA VISÃO DOS MORADORES DE JARDIM, NIOAQUE E BELA VISTA	73
8.1 Perfil dos entrevistados	73
8.2 Vínculo com o Exército	79
8.3 Imagem do Exército	80
8.4 Importância do Exército	81
8.5 Tipo de atuação do Exército	82
8.6 Diferentes papéis do Exército junto à sociedade	83
8.7 Imagem da fronteira	86

CONSIDERAÇÕES FINAIS 88

REFERÊNCIAS 91

INTRODUÇÃO

Este trabalho é permeado pela identidade de seu autor. Sou sargento de carreira da Arma de Engenharia. Em 2010 me formei pela Escola de Sargentos das Armas do Exército Brasileiro, nascendo aí o meu interesse pela Geopolítica, uma vez que a atuação das Forças Armadas é um ator importante neste ramo do conhecimento.

A Geopolítica está em evidência no século XXI. Em seu começo tivemos o ataque às torres gêmeas (2001), a Guerra do Afeganistão (2001 – hoje), a Primavera Árabe (2010-2013), passando pela ascensão do Estado Islâmico, a tensão entre as Coreias e chegando na polêmica em torno do reconhecimento de Jerusalém como capital israelense pelos Estados Unidos. Em todos estes exemplos, observamos a ação das relações de poder (política) nos mais diferentes territórios.

As histórias das cidades fronteiriças, em particular as compreendidas na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, confundem-se com os primeiros destacamentos/colônias/aquartelamentos ali instalados.

Estas cidades são peculiares pois integram redes por onde se desenvolvem fluxos transfronteiriços (pessoas, bens, capitais, remédios, eletrodomésticos, eletrônicos, entorpecentes, armas, entre outros) de ordem legal e ilegal.

A questão da hibridização cultural também é marcante no recorte analisado. A influência paraguaia se deve ao fato de que até metade do século XX, esta porção territorial estabelecer relações muito mais com o Paraguai do que com o próprio Brasil. E a influência brasileira, evidentemente de menor impacto, deve-se a muitos brasileiros que passaram a ter empreendimentos do lado paraguaio a partir das décadas de 1960-70.

Por último e não menos importante pode-se elencar a complementaridade socioeconômica, facilitada pela contiguidade entre os dois territórios, com os brasileiros empreendendo e buscando bens e serviços, no lado paraguaio, a menores custos. Já os paraguaios buscando utilização dos serviços de saúde e educação, do lado brasileiro.

Fronteira é um tema de interesse tanto do ponto de vista científico quanto do Estado. Para Silva (2008, p.8), por longo período, as fronteiras políticas tinham claramente o escopo de separar Estados territoriais na clássica visão geopolítica de Ratzel, e que foi incorporada por geopolíticos brasileiros.

Esta pesquisa pretende compreender a territorialidade construída pelos quartelamentos na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, denominada

Bodoquena. A análise será feita dentro da perspectiva da formação do Estado Nacional Brasileiro. Esta delimitação territorial (regionalização) advém da Proposta de Reestruturação do Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira (PDFF/2005), do Ministério da Integração Nacional. Os municípios inseridos nesta sub-região são: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, no estado de Mato Grosso do Sul.

Aliás, o PDFF/2005 demonstra a preocupação relativamente recente do Governo Federal ao montar um grupo de trabalho que estabelecesse um conjunto de políticas estratégicas para a gestão fronteiriça.

Estabelecer o contexto em que se deram a implantação das unidades militares é importante para entender a territorialidade que ela produz e representa. Afinal, além de se tratar de pontos geoestratégicos, estão ligadas à ocupação e utilização da Faixa de Fronteira.

Esta pesquisa tem como objetivo principal definir a territorialidade construída pelas organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, no que tange à formação do Estado Nacional brasileiro.

São objetivos específicos quantificar e localizar aquartelamentos presentes na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira; identificar o contexto histórico-geográfico de unidades militares na região; analisar a atuação do Estado no processo de organização territorial da região e seus desdobramentos na organização territorial; demonstrar o trabalho de Responsabilidade Social exercido pelo Exército na Faixa de Fronteira, promovendo o bem estar populacional; analisar as prerrogativas da ação militar fronteiriça; compreender os papéis assumidos por essas organizações militares no contexto da fronteira.

No primeiro capítulo temos a definição de vários conceitos relacionados à noção de soberania. Eles permeiam todos os depoimentos e entrevistas realizados, sendo fundamentais para a compreensão deste trabalho.

No segundo capítulo temos a caracterização do recorte especial ora analisado, iniciando pela política de Estado conhecida como Marcha para o Oeste, que marcou profundamente a região pesquisada. Em seguida, temos a proposta de reestruturação do Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira, que é a base da regionalização utilizada neste trabalho. Em seguida, é detalhada a regionalização em questão.

No terceiro capítulo temos a apresentação das organizações militares situadas na Sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, com um breve histórico das mesmas e sua espacialização.

No quarto capítulo temos o Estado, a organização territorial das fronteiras e seus desdobramentos. Aqui se discute a ação de organizador territorial estatal e seus desdobramentos a partir da ação do Exército enquanto seu braço armado.

No quinto capítulo temos as questões envolvendo o Estado e a criminalidade transfronteiriça, um campo de discussão bastante polêmico e atual. É uma demanda cada vez maior da sociedade o enfrentamento da insegurança fronteiriça diante da ação em redes das diversas facções do crime organizado. Tudo isto acaba refletindo diretamente nos altos índices de violência nos grandes centros urbanos.

No sexto capítulo temos as relações de controle e poder das organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira. É demonstrado de que forma o Exército realiza seu trabalho social, buscando além de garantir a soberania a partir do reconhecimento de seu papel de representante estatal, contar com a colaboração dos populares em seu trabalho na faixa fronteiriça.

No sétimo capítulo temos a apresentação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), buscando analisar todo o seu processo de implementação ainda em curso, bem como todas as polêmicas envolvendo este ousado e necessário projeto.

No oitavo capítulo temos as organizações militares na visão dos moradores de Nioaque, Jardim e Bela Vista, sendo o título autoexplicativo. As impressões aqui relatadas são confrontadas com todas as questões apresentadas ao longo deste trabalho, buscando evidenciar de que forma a territorialização dos quartéis impacta na população destes municípios.

Sendo assim, propor o tema A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA FAIXA DE FRONTEIRA significa investigar como as unidades militares, em especial do Exército, materializam certa faixa de terra como território, ao garantir ali a soberania do Estado Nacional ao qual está subordinado. Toda esta análise se dá desde a primeira década do século XX, quando começam a se instalar os quartéis analisados, até os dias de hoje.

1. CAPÍTULO I- CONCEITOS: LIMITE; FRONTEIRA; DIVISA; FAIXA/ZONA DE FRONTEIRA; TERRITÓRIO; TERRITORIALIZAÇÃO; ESPAÇO VITAL

A seguir, abordaremos vários conceitos presentes no debate geopolítico, através do qual transcorrerá a análise a ser feita. Todos estes têm algo em comum: se relacionam com a ideia de soberania. Na definição de cada conceito será evidenciada esta relação.

1.1 Limite

Torrecilha (2004, apud GHETTI, 2008, p.10) afirma que

(...) os limites e fronteiras nascem com o processo de sedentarização, possuindo ao longo dos vários períodos históricos muitos significados. Como explana Rebeca Steiman (2002a) sobre os impérios chineses e romanos, que entendiam a fronteira como o limite de uma civilização:[...] no caso chinês, pelo menos ao norte, ocorreram inúmeras tentativas de cristalizar a fronteira através da construção de rígidas muralhas, no caso romano, estabelecer fronteiras fixas significava limitar a expansão de seus domínios, o que não lhes interessava, donde o longo período que levaram para definir seu sistema de fronteiras (ibidem, p.8).

A partir do começo da fixação do homem na terra, surge a propriedade privada da mesma. Partindo do pressuposto que cada indivíduo dispõe de parte de seu patrimônio para a materialização do ente estatal, conclui-se que o instituto propriedade privada é a premissa básica da formação dos Estados Nacionais.

Dáí surge a necessidade de separar a propriedade de um Estado da propriedade de outro equivalente, como já acontecia no plano individual.

Num primeiro momento, como descrito acima, os limites foram colocados como uma tentativa de impedir a expansão territorial além do desejado. E curiosamente, no período conhecido como das Grandes Navegações (século XV-XVII), o intuito foi expandir indefinidamente, o quanto fosse possível, os domínios de uma Nação.

Isto demonstra que o conceito de limite, como todo conceito estabelecido nas Ciências Humanas, jamais deve ser encarado de forma estática, como algo imutável, definido. Pelo contrário, como aprendemos com a análise ratzeliana, o Estado é “vivo”¹, dinâmico, em constante metamorfose. O limite não está fora desta realidade.

¹ RATZEL, 2011, p. 51.

1.2. Divisa

O geógrafo André Roberto Martin (op. cit.) acrescenta mais um elemento com certa semelhança aos dois termos acima abordados, trata-se da divisa, isto é, o aspecto visível do limite. O autor afirma que a divisa é o limite que se apoia geralmente em cursos de água, cristas montanhosas, coordenadas geográficas ou outras linhas geodésicas. Essa conceituação assemelha-se ao que alguns autores designam como fronteiras naturais. De acordo com o Dicionário Aurélio, o termo divisa significa “Sinal divisório; distintivo, marca (FERREIRA, 1985, apud GHETTI, 2008, p.10).

Parte-se aqui de uma perspectiva possibilista, na qual aquilo que é observável a olho nu torna-se o ponto central na análise geográfica. Nela, temos como categoria de análise geográfica consagrada, a paisagem (tudo o que está ao alcance dos olhos). Dentro desse contexto desenvolve-se a ideia de divisa, muito próxima do que se denominam por fronteiras naturais.

Neste conceito se destacam como referências para se estabelecer as divisas, pontos de destaque no relevo como: cursos d'água, elevações ou mesmo latitudes e longitudes.

Fica evidente a intenção de estabelecer, com o máximo de exatidão, a divisão adequada entre dois territórios fronteiriços.

1.3. Fronteira

A palavra fronteira deriva de front, expressão militar que designa aquele espaço onde a guerra está sendo travada exatamente pelo controle do espaço. Assim, uma vez definida a vitória pelo controle do espaço, o front transforma-se em fronteira e o espaço, em território (SIMÃO; KURTZ, 2014, p.1).

Era um conceito mais flexível do que hoje: o que antes era um limite provisório, facilmente mutável, passou a limitar permanentemente interesses contrários, nações limítrofes, sendo qualquer mudança significativa possível somente a custo de guerras ou difíceis acordos diplomáticos.

Na antiguidade, as fronteiras eram práticas de uma sociedade rural que limitava o espaço (território) até certa extremidade para além da qual se via frequentemente o desconhecido. O aparecimento do termo, que etimologicamente vem de Front “de frente”, é assim designando a partir do século XIII para estabelecer o limite temporário e flutuante que separava

dois exércitos de poder na hora de um conflito (FÈBRE³, 1962 apud GROUPE FRONTIÈRE, 2004). Com o advento dos Estados modernos é a fronteira aparece como um limite de soberania (SILVA, 2008, p.2).

A partir da desintegração do sistema feudal, ela assumiu a sua principal conotação até os dias de hoje: separar duas soberanias diferentes.

Para Alves (2017) o

instituto da soberania sofreu uma constante evolução do Estado moderno até o atual. Partimos de um modelo soberano como a representação da vontade do monarca, o poder absoluto e inquestionável exercido unicamente por esta figura. Hoje, entende-se por soberania a vontade do povo, representada pela supremacia do poder estatal, garantido pela Carta Constitucional.

A fronteira é um perímetro instaurado por um poder cujo projeto político é de afirmar e se distinguir de outras entidades territoriais, daí surge o conceito de fronteira política. Para Silva (2008, p.2), esta é o local de afirmação e reconhecimento de poderes políticos. A fronteira é política porque resulta de relações de poder.

Diz ainda que o papel de algumas fronteiras políticas, em função da evolução das redes geográficas, principalmente pelos transportes multimodais e também pelas telecomunicações, está mudando. Estão havendo uma maior comunicação e trocas comerciais entre países pelo espaço mundial. Este panorama gera uma mutação das funções da fronteira para estas áreas e novas leis nacionais são elaboradas para melhor controle destas mudanças. Isto não quer dizer que as funções clássicas do papel de defesa e controle territorial atribuído para as fronteiras tenham desaparecido ou mesmo diminuído, e sim que começa a ser cada vez mais comum a aproximação transfronteiriça (principalmente comercial) entre nações.

O autor apresenta também o conceito de fronteira-rede: muito dos interesses permeiam a fronteira, transitando entre as cidades conectadas. Estas são elos de integração, facilitando a circulação de pessoas, bens, capitais e serviços.

Becker (1985, p.44) apresenta a fronteira como “outra face do espaço urbanizado”, ou seja, a unificação da sua malha urbana é a integração do espaço urbanizado. Apesar de possuímos centros urbanos de grande relevância, a integração plena ainda é uma realidade distante. Logo, a precariedade estrutural reinante em nossa faixa de fronteira, é fruto desta conjuntura, não é algo que se encerra em si mesmo.

Para a autora, a estruturação da fronteira se viabiliza pela mediação do urbano que é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação. A estruturação de necessidades básicas, é o primeiro passo de qualquer intenção urbanizadora estatal.

Coloca também que a fronteira é reserva de recursos, espaço de manobra política, além de espaço ideológico. Quanto aos recursos, o espaço vital ratzeliano materializa essa preocupação do Estado: manter dentro de seus domínios o máximo de meios para a sua subsistência e seu desenvolvimento. A questão política, já citada anteriormente, é verificada nas relações entre diferentes soberanias dentro do espaço fronteiriço. O aspecto ideológico é percebido no embasamento para a defesa dos seus recursos das soberanias vizinhas.

A fronteira é espaço também de manobra das forças sociais. Numa visão mais crítica, Becker (1985, p.46) coloca os conflitos e contradições sociais sendo administrados, e até mesmo, direcionados nessa região.

Courlet (1996, p.1) apresenta o conceito de cooperação transfronteiriça, que aborda o relacionamento, a integração econômica, política e social entre cidades de lados opostos na fronteira. Para o autor, a fronteira é um comutador, que se acende ou apaga, permite ou proíbe. Comporta-se como um controlador de tráfego capitalista, direcionado pelas necessidades conjunturais de momento do mercado. Ela seria um mecanismo perverso, que permitiria a perpetuação, a sobrevivência da exploração da massa pela elite.

Essa fronteira pode ser deslocada para abrigar áreas até então fora de sua área de influência. Transcende aqui questões políticas, passando de uma mera delimitação de terras, para delimitação de mercados.

1.4. Faixa/zona de fronteira

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A largura da Faixa foi sendo modificada desde o Segundo Império (60 km) por sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946) até a atual, que ratificou sua largura em 150 km. A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteiriça. Motivos para isso não faltaram até o passado recente, como a baixa densidade demográfica, a vocação “atlântica” do país, as grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, entre outros (PDFF/2005, p.10).

Sendo o Estado (Nacional) vivo, a fronteira é “a epiderme do corpo estatal, que, como tal, expande, reflui, estabiliza, ou mesmo desaparece com a morte do corpo” (MATTOS, 2011, p.15). Essa camada superficial é a área de fricção entre duas soberanias, um contato permanente, desenvolvendo um atributo: flexibilidade.

A faixa/zona de fronteira é a prova deste atributo, como se fosse o tecido epitelial (o mais externo) de um organismo. Não havendo, inclusive, uma “profundidade” (extensão) padrão.

No caso do Brasil, a faixa de fronteira tem 150 km de extensão a partir da linha fronteira. “A faixa de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão regulamentadas por lei (art. 20, XI, §2º, CRFB/88).

Possuir uma faixa fronteira pode parecer algo desnecessário. Porém se considerarmos toda a biodiversidade existente no território brasileiro, perceberemos que abrigamos: milhares de espécies de fauna e flora (muitas não encontradas em nenhum outro lugar no planeta); recursos minerais valiosíssimos (ouro, manganês, nióbio, cobre, silício, etc.); a maior reserva de água doce do mundo (cerca de 12% de todas as fontes mundiais). Sendo assim, a zona de segurança máxima ter a extensão supracitada se justificaria em relação à variedade de ativos naturais existentes no território nacional.

Posto isto, é fato que

são necessárias constantes atualizações nas legislações que tratam de fronteiras (terrestres, marítimas, aérea e espacial) e de faixas de fronteiras para se evitar que se transformem em mais um obstáculo capaz de reduzir ainda mais a capacidade de inserção dos Estados nos circuitos econômicos nacional, regional e internacional (BORBA, 2013, p.71).

Existem muitas discussões acerca da extensão da faixa fronteira, sobretudo pela medida de 150 km ter origem na longínqua Constituição de 1937 (ibidem), no início do Estado Novo. Uma conjuntura totalmente diferente definiu esta marca, tornando a revisão da questão algo bastante plausível.

1.5. Território

“O território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço” (RAFFESTIN, 1993, apud SANTOS, 2009, p.1). O espaço funciona como uma categoria originária de

análise da Geografia, por ser dentre todas a de caráter mais abrangente. A partir dela, todas as demais derivam. Sendo assim, epistemologicamente, o território integra o espaço. Isto mesmo que desde os primórdios da Humanidade a noção de território exista, muito antes da sistematização da Geografia enquanto ciência.

O verbete território, de acordo com o dicionário online Michaelis, no seu sexto significado, diz que é a área certa da superfície de terra que contém a nação, dentro de cujas fronteiras o Estado exerce a sua soberania, e que compreende o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos. Marcelo Lopes de Souza (1995, grifos do autor), por exemplo, enfatiza o caráter especificamente político do território (p.84), definindo-o como um "campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial".

O Estado Nacional, que é político por natureza, no exercício de seu poder (soberania), apropria-se de um recorte espacial. “O território é, assim, a base física de sustentação locacional e ecológica, juridicamente institucionalizado do Estado Nacional” (SANTOS, 2009, p.1).

Ocorre aí a apropriação de um recorte do espaço, a territorialização, onde o Estado Nacional se materializa.

“O território é, portanto, junto com a soberania e o povo, um dos três elementos básicos que formam a nação-estado moderna” (ibidem). O povo, que é a união de elementos vinculados aos Estado, decide criá-lo, exercendo a soberania de suas vontades, estabelece o território, lugar onde se materializará tudo isso.

Dentro da Geografia Urbana, onde refletimos acerca da origem e desenvolvimento das aglomerações humanas, temos como ponto importante o fim da Idade Média. Neste período ocorre

a formação de um Estado moderno como um fenômeno que surge na Europa (...), cuja racionalidade é característica do mundo ocidental, o surgimento do Estado contemporâneo e sua dimensão territorial, e finalmente algumas considerações sobre a crise do Estado moderno (CABRAL, 2015, p.20).

“A base patrimonial de origem feudal ajudou a plasmar o território da nação-estado moderna” (BAHIA, 1979, apud SANTOS, 2009, p.2). Evidencia-se aqui que o Estado Nacional tem origem na propriedade privada da terra, sendo assim, nada mais justo que o recorte onde ele se materializa e se desenvolve, receba a alcunha de território.

Santos (ibidem) também ensina acerca do Estado que “sua característica maior é a forma de propriedade territorial, que se expressa em uma soberania patrimonial excludente”, não se admitindo a concorrência de qualquer outra soberania estrangeira. Qualquer situação neste sentido é uma grave agressão ao ente estatal, já que a integridade territorial é condição *si ne qua non* de sua existência.

Le Berre (1995, apud SANTOS, 2009, p.2) ensina que o conceito de território possui significação jurídica, abrangendo: dominação (remetendo à soberania dentro de suas fronteiras); interdição (remetendo ao controle do território, impedindo tudo o que estiver em desacordo com seus interesses); demarcação (remetendo ao estabelecimento da abrangência de sua soberania no espaço).

A partir da adesão ao famigerado pacto social, cada indivíduo concede ao Estado, em troca de algumas contrapartidas, a gerência ampla e definitiva sobre o território e tudo o que nele se encerra.

Diante de todo o exposto a respeito do conceito de território, podemos perceber que em um primeiro momento, os indivíduos se desapropriam de suas liberdades individuais irrestritas e submetem-se ao Estado (LUCATE, 2015, p.1). Por consequência, este por sua vez, apropria-se de um recorte do espaço (regionalização territorial) para projetar a sua existência. O Estado Nacional ao se projetar no espaço realiza o fenômeno da territorialização.

1.6. Territorialização

Vale ressaltar que na última década do século XX, o antropólogo e etnólogo João Pacheco de Oliveira se apropria do conceito de território em sua análise etnológica dos grupos indígenas habitantes do Nordeste, repensando-o à luz das contribuições de Fredrik Barth em seus estudos sobre fronteiras étnicas (CERNEV ROSA, 2003, p.42).

Nesta abordagem, a territorialização passa a significar: a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Os aquartelamentos do recorte espacial analisado certamente contribuíram neste sentido, ao estabelecer esta presença da identidade étnica “brasileira”, estabelecem várias relações políticas ao contribuir para a construção das infraestruturas das cidades onde se localizam, aproveitando os recursos naturais em prol deste “progresso”. Contribuem também

para uma releitura da cultura regional (de forte influência paraguaia) e da sua relação com o passado (em especial a Guerra da Tríplice Aliança), ambas apresentando o paraguaio como inimigo e até mesmo como alguém a ser subjugado².

O Estado-Nação tem o território como um trunfo governamental e como objeto central das estratégias de dominação geopolítica interna e externa. É no território, portanto, que as relações de poder do Estado e as relações de dependência do povo, pelas estruturas realizadas pelo próprio Estado, se conectam. Tendo como objetivo garantir a posse e a proteção dos recursos existentes, como forma de sobrevivência para ambas, o Estado e o povo (SANTOS, 2016, p.42).

Ao analisar a territorialização dos aquartelamentos da sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira se parte deste pressuposto: o território é uma importante ferramenta de estratégia política. A partir dele o Estado Nacional exerce a sua soberania sobre o seu povo e em relação aos demais Estados Nacionais.

Em relação aos recursos, recordamos o conceito de espaço vital, já abordado anteriormente: a garantia dos recursos mínimos ao pleno desenvolvimento do seu povo, e conseqüentemente, do próprio Estado.

Por fim, em outras palavras, a territorialização pode ser entendida como a dominação de uma porção de terra, atrelada diretamente às relações de controle e poder, intrínsecas a existência do Estado.

1.7. Espaço vital

O território é elemento fundamental da existência do Estado Nacional: sua perda representa fracasso; sua expansão significa progresso. A partir daí, MORAES (1987, apud RODRIGUES, 2008, p.76) recorda que o conceito de espaço vital consiste na razão entre população e recursos disponíveis. Havendo indiscutivelmente vinculação entre as ideias ratzelianas e o projeto alemão, verifica-se a inequívoca tentativa de justificar o expansionismo como algo natural.

No início do século XIX, como ensina Rodrigues (ibidem, p.73), a Alemanha se encontrava da seguinte forma: território fragmentado em pequenos feudos (reinos, principados, ducados e cidades livres); desejo de unificação em evidência na sociedade, tendo em vista a formação de Estados por toda a Europa; ideais de expansão, no intuito de buscar

² LIMA, Eduardo H. de Oliveira; MATTOS, Elvis dos S. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 4, 2018, Aquidauana. Anais... Campo Grande: ATESAM, 2018. p. 58-71.

novos mercados (estando bastante atrasado em relação a outras nações já consolidadas como Estado).

Rodrigues (ibidem) destaca também que: inexistia um Estado Nacional, não havia uma monarquia absoluta, forma de governo característica no período pré-Estado na Europa; o poder estava nas mãos dos proprietários de terras (os junkers), numa estrutura feudal; inexistência de um centro econômico forte e organizador do território (heartland); disputas de fronteiras, entre os feudos e com países vizinhos não-germânicos.

Dessa forma, não havia perspectiva de organização e integração territorial, não existindo um sentimento de nacionalidade. A aristocracia prussiana (formada por grandes proprietários de terra) desejava a unidade territorial, visto que naquele período, o capitalismo se expandiu da Inglaterra para toda a Europa (Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX). Com um Estado consolidado, a produção prussiana poderia ganhar novos mercados.

A formação do Estado nacional alemão necessitou de estímulos. A Geografia foi utilizada como instrumento de difusão de ideias nacionalistas e de integração nacional. A utilização deste expediente a consolidou enquanto ciência (ibidem).

Para justificar a unificação, o nacionalismo e o expansionismo, foram utilizadas as ideias de Ratzel, que constituíram uma ferramenta poderosa de legitimação e expansionismo do Estado alemão recém-constituído.

Friedrich Ratzel (1844-1904) foi professor de Geografia na Universidade de Leipzig, na Saxônia (Alemanha). Seu principal livro, publicado em 1882, denomina-se *Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia à História* (RODRIGUES, 2008, p. 75). Seu grande enfoque é o homem, relacionado à influência que o mesmo sofre em consequência do meio em que vive. Ele estudou o desenvolvimento humano sob a influência da natureza. Realizou viagens pela Europa e América, observando a migração dos animais e dos seres humanos, a concentração das populações em determinadas áreas da Terra, o que lhe possibilitou concluir sobre a influência do meio natural no homem.

Vale ressaltar que as concepções geográficas de Ratzel foram influenciadas pelo Positivismo, seguindo um procedimento que buscava as "leis" que explicariam o comportamento dos homens na Terra e pelas ideias evolucionistas de Charles Darwin, com a evolução das espécies. Ernst Haeckel também foi importante, aceitando que, na luta pela vida, venceriam sempre os mais fortes, e que a vitória dos mais fortes, dos mais aptos sobre os mais fracos, era o resultado lógico (ibidem).

Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência das condições naturais sobre a humanidade. Compara a sociedade a um organismo que mantém fortes relações com o solo, para atender a sua necessidade de sobrevivência. Quando a sociedade se organiza para a defesa do solo, ou melhor, de seu território, ela se transforma em Estado (ibidem, p. 76).

Surge daí o conceito ratzeliano de “Estado, organismo vivo”. Sob esta perspectiva organicista, o Estado deve garantir o necessário para sua “sobrevivência”, defender o “espaço vital” para seu pleno desenvolvimento. Só que defender algo, presume preservar de uma ameaça: outros Estados que possam almejar ativos estratégicos abrigados por suas fronteiras.

As fronteiras são a epiderme dos Estados, segundo Rudolf Kjellen, e a partir delas, acontece o “jogo de pressão” (MATTOS, 2011, p.13). “A pressão fronteira tem sido o primeiro passo para a desarmonia e o conflito entre os Estados” (ibidem). Neste jogo, as disputas pelos recursos (ou ativos: sejam eles naturais, tecnológicos, virtuais, financeiros políticos, econômicos, etc) tornam as fronteiras um ambiente de tensão.

O desenvolvimento fronteiro sul-americano é marcado pelo conflito. Prova disso que, no século XIX, ocorreu o auge das tensões: eclodiu a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Nela, o controle da navegação da Bacia do Prata estava em disputa. O êxito significaria além da vitória geopolítica, desfrutar de ativos políticos, econômicos e naturais. Tanto foi que o Brasil se afirmou como potência regional ao fim do conflito, tendo total controle do principal meio de acesso ao interior do continente sul-americano e do próprio país (ainda pouco explorado e não integrado ao litoral, mais desenvolvido socioeconomicamente).

2. CAPÍTULO II- CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL PESQUISADO

Conforme o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul (PDIF/MS, p.9-10), a referida sub-região

caracteriza-se pela baixa porcentagem de produção extrativa de madeira e indústria de transformação. Além do baixo grau de empreendedorismo agrícola, inexistência de praça atacadista, baixo nível técnico-tecnológico, de média a alta densidade social. A agroindústria da soja e da mandioca procedente do Paraguai, o turismo como fonte geradora de empregos (urbanos), constituem a base produtiva. Possui pequenas indústrias de cerâmica e uma unidade de tecelagem. Seu problema maior é o baixo grau de especialização e alta dependência das sub-regiões vizinhas. Há necessidade de especialização da atividade turística da sub-região, de infraestrutura aeroportuária (ausente) e clareza quanto ao tipo de clientela que se quer atingir, fatores estes que prejudicam o desenvolvimento. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena possui potencial turístico pouco utilizado e reservas mineralógicas a serem exploradas.

2.1 A Marcha para o Oeste

A formação dos Estados Nacionais platinos se desenvolveu de forma conturbada e paradoxal. O processo tem gênese ainda no Tratado de Tordesilhas (1494) antecedendo em seis anos a chegada portuguesa às terras atualmente brasileiras. Em 1750, a assinatura do Tratado de Madri, dá início a um longo processo ora diplomático, ora bélico, pela caracterização dos limites do território português nas Américas.

Na Bacia do Prata, durante o século XIX, ocorreu o surgimento dos Estados Nacionais após a independência conquistada junto a seus colonizadores: Paraguai, em 1811; Argentina, em 1816; Brasil, em 1822; Uruguai, em 1828. Outro fator que marcou esse século foram as inúmeras guerras ao longo do planeta, não sendo diferente no “barril de pólvora” sulamericano. Sendo assim eclode a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra de la Triple Alianza), ou Guerra Grande, (dezembro de 1864 a março de 1870) o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul, travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai. O estopim foi a invasão da

província brasileira de Mato Grosso pelo exército do Paraguai, sob ordens do presidente Francisco Solano López (LIMA; MATTOS, 2018, p. 58).

Neste período, o esparso povoamento do sul do então Mato Grosso era majoritariamente composto por povos tradicionais, de caráter nômade e alguns pecuaristas extensivos. Mais de meio século depois, o Governo Vargas tendo em vista o período instável da Segunda Guerra Mundial e temendo possíveis novas invasões na porção oeste do território nacional, empreende medidas em prol do povoamento.

A “Marcha para o Oeste” (1938), executada por Getúlio Vargas, teve o Exército como elemento fundamental. Podemos dizer que este episódio traz grandes semelhanças com o pensamento do antropólogo João Pacheco em relação à territorialização:

é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p.55).

Objetivava incentivar a migração, inicialmente de famílias nordestinas, para projetos de colonização. Mais especificamente no recorte espacial analisado, a sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, foi necessária a criação da Comissão de Estradas de Rodagem nº 3 (CER-3) (LIMA; MATTOS, 2018, p.64). Sem dúvida, uma ação acertada, já que a integração é a ferramenta mais efetiva para a ocupação de um território.

Em Jardim, foi implantada em 25/02/1945, com a missão de integrar o sul do então Mato Grosso ao restante do país por meio de rodovias. Entre os principais feitos da comissão estão a construção da malha rodoviária foram a estradas: BR-262; BR-419; BR-267³. Sua atuação foi dinamizadora do desenvolvimento regional.

Vale destacar que o sul do então Mato Grosso até metade do século XX, não possuía ocupação efetiva, muito em parte pelo difícil acesso proporcionado por suas peculiaridades geográficas e as péssimas condições das poucas estradas carreteiras existentes.

No século XIX, o esparso povoamento do sul do então Mato Grosso era majoritariamente composto por povos tradicionais, de caráter nômade (Terena, Guaicurus, Kinikinãos, Guanás, Terenas, etc). Além

³ Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

destes, haviam alguns pecuaristas extensivos, que recebiam do Estado a autorização para a exploração de grandes extensões de terra, (...) a Lei de Terras é criada apenas a partir de 1850 (ibidem, p.59).

Verifica-se então que a Marcha para o Oeste foi um importante política de Estado, sendo fundamental para a ocupação definitiva da fronteira ocidental.

2.2 A proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF/2005)

O objetivo foi

definir uma agenda global de diretrizes, estratégias e instrumentos de ação destinados à Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. A agenda tem como linhas condutoras o desenvolvimento econômico regional e a promoção da cidadania dos povos da fronteira, num momento em si estratégico de fortalecimento da integração sul-americana (PDFF/2005, p.9).

No início do século XXI, pleiteou-se por meio desta iniciativa, capitaneada pela professora Lia Osório de Machado, conhecer melhor a realidade fronteiriça, para implementar estratégias em prol do desenvolvimento regional por meio da integração com as Nações limdeiras.

O projeto de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

foi composto pela realização de quatro pesquisas visando conhecer a rica e complexa diversidade econômica e cultural da região. A primeira sobre a base produtiva e as identidades culturais regionais, a segunda sobre as interações com os países vizinhos, a terceira sobre as legislações direta ou indiretamente pertinentes ao território fronteiriço e, a quarta, com os agentes locais em duas áreas selecionadas, a Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas, e o segmento de fronteira entre Brasil e Paraguai em Mato Grosso do Sul (ibidem).

Percebe-se aqui que das quatro pesquisas realizadas, temos uma que aborda a porção da faixa fronteiriça que se encontra, atualmente, o Mato Grosso do Sul. Não é por acaso, tendo em vista a histórica relação dessa região com os vizinhos: primeiramente enquanto colônias espanhola e portuguesa, e posteriormente como Paraguai e sul da província do então Mato Grosso.

Na segunda metade do século XVIII, na região do vale do rio Guaporé, ao passo que havia rigorosa proibição ao contrabando por parte da Coroa

espanhola, a Coroa portuguesa estimulava veladamente o comércio ilegal, que se tornou intensamente praticado por mercadores, missionários, militares e mesmo governadores. As missões de Mojos e Chiquitos e as regiões de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e La Plata, embora produtoras de gado, sebo, mulas, cacau, cera, algodão e açúcar, sofriam com a escassez de artigos europeus devido ao monopólio comercial espanhol, situação que encorajava missionários e comerciantes a procurar fornecedores alternativos. Por sua vez, os portugueses, estimulados pela Coroa, contavam com pedras e metais preciosos das minas de Mato Grosso para adquirir os artigos de primeira necessidade indispensáveis ao abastecimento do Forte Príncipe da Beira, circunstância que propiciava uma articulação com os interesses de setores locais dos domínios espanhóis (CARVALHO, 2012, p.512).

Observamos a histórica dificuldade de abastecer o Mato Grosso, seja enquanto Coroa Portuguesa ou o Império Brasileiro. Tal panorama fez com que a região estabelecesse fortes relações com o lado oposto da fronteira: primeiramente espanhol e depois paraguaio. Muitas vezes mais fortes do que as estabelecidas com a sua própria Coroa, ou seu próprio Império.

Com as agressões sofridas durante a Guerra da Tríplice Aliança, após recuperar a porção territorial invadida, o Brasil passa a dar uma maior atenção à ocupação definitiva da região ao restante do país. As organizações militares foram protagonistas neste processo de integração e dinamização do espaço do sul do então Mato Grosso.

Ocorre que a proposta do Plano é expandir o braço estatal para além da atuação das Forças Armadas. Ela apresenta um planejamento multidisciplinar, que aposta na integração com os países limítrofes, algo histórico como demonstrado acima, uma vez que possuem essa vocação para a complementaridade entre seus mercados. Além disso, entende a cidadania dos povos fronteiriços como um valor importante e a dívida histórica do Estado com esta parcela da população.

2.3 As três fronteiras

Para efeitos de aprofundamento de análise, se decide dividir toda a fronteira terrestre em três unidades: os arcos.

Os estudos apontam para a macrodivisão da Faixa de Fronteira em três grandes Arcos. O primeiro é o Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre (totalmente situados na Faixa de Fronteira). O segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia,

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (PDFF/2005, p.53).

Na Figura 1, é apresentado o mapa do Brasil com a divisão dos Arcos e das sub-regiões da Faixa de Fronteira.

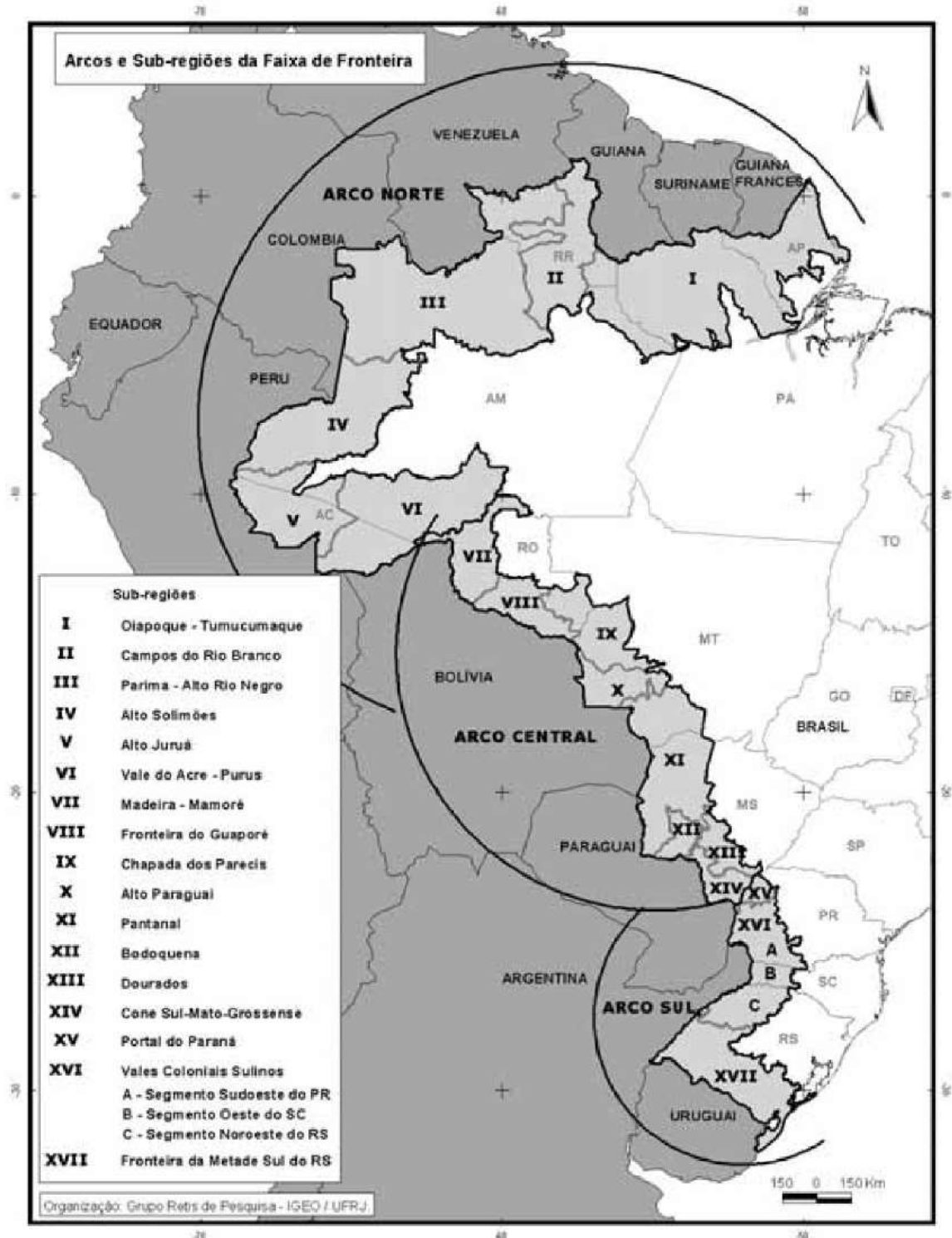


Figura 1: Arcos e sub-regiões da faixa de fronteira (PDFF/2005, p.53)

2.4 O Arco Central

O Arco Central abrange a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Oito sub-regiões foram identificadas, um indicador de grande diversidade nos tipos de organização territorial. A unidade do Arco deriva do caráter de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do país e de sua posição central no subcontinente (PDFFF/2005, p. 56-57).

Neste trecho, para justificar o recorte deste Arco, utiliza a regionalização de Pedro Pinchas Geiger (1967), conhecida como *Complexos Geoeconômicos* (SILVA, 2010, p.47-48). O Arco compreenderia a transição entre duas regiões geoeconômicas.

Esta abordagem demonstra uma característica muito peculiar da região fronteira: o hibridismo, que nada mais é do que a capacidade de sintetizar diferentes culturas, línguas, costumes e influências.

2.5 Escala sub-regional

A elaboração da Tipologia de Sub-regiões resultou da análise e posterior ajuste dos dois vetores principais da pesquisa, que fundamentam a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFFF): Desenvolvimento Regional e Identidade Cultural (PDFFF/2005, p.63).

Conforme colocado acima, cada sub-região foi estabelecida sendo considerado o desenvolvimento da porção territorial como um todo e a unidade cultural que abrange aquele recorte.

2.6 Sub-região XII: Bodoquena

“Inclui os municípios de: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul” (PDFFF/2005, p. 65).

São todas as cidades partícipes de uma realidade muito próxima

com sete municípios e menos de 5% da população do Arco Central, dois terços residentes em área urbana, a Sub-região da Bodoquena pode ser caracterizada como zona de transição entre a criação extensiva de gado do Pantanal e a expansão do cultivo mecanizado de soja (Sub-região de Dourados e Cone Sul-mato-grossense). Ocupa posição excêntrica a Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul (ibidem, p.94).

A agropecuária é a maior geradora de renda na região.

A principal atividade agrícola em valor é a soja (sem expressão no conjunto do Arco), porém grande parte do uso do solo é destinada à criação de gado de cria para as fazendas de engorda de Dourados, no Cone Sul-mato-grossense, e da ‘costa leste’ do Estado (área limítrofe ao Estado de São Paulo e fora da Faixa de Fronteira). Apresenta 2% da produção total extrativa do Arco Central (madeira em tora) e 3% da indústria de transformação, a mais fraca de todo o Arco. Caracteriza-se também por baixo grau de empresariamento agrícola, ausência de praça atacadista, baixo nível técnico-tecnológico, porém média a alta densidade social (ibidem).

Tem um potencial ecoturístico ainda pouco explorado (Bonito se encontra bem à frente dos demais neste quesito⁴).

No tocante aos problemas e especialidades se observa que o

problema maior da Sub-região é o baixo grau de especialização e sua forte dependência em relação às sub-regiões vizinhas. A atividade turística poderia se tornar uma especialização da Sub-região. Embora a infraestrutura turística existente (11% do Arco Central) em Jardim e Bonito seja razoável, a ausência de infraestrutura aeroportuária nesses municípios prejudica o desenvolvimento. O Governo Estadual tem apoiado o turismo na Sub-região, só que não existe clareza quanto ao tipo de clientela que se quer atingir. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena tem seu potencial turístico ainda pouco explorado (ibidem, p.95).

A cultura de hibridez marcante, fator intrínseco a qualquer faixa fronteiriça, possui forte influência indígena e paraguaia, com presença significativa de sulistas e orientais⁵

A sub-região em questão tem uma participação militar muito importante. A contar da instalação do atual 10º R C Mec (Décimo Regimento de Cavalaria Mecanizada), à Bela Vista, no ano de 1906, à época denominado 7º Regimento de Cavalaria Ligeira.

⁴ Bonito é premiado pela 15ª vez como melhor destino de ecoturismo do Brasil. Fonte: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/bonito-e-premiado-pela-15a-vez-como-melhor-destino-de-ecoturismo-do-brasil/>.

⁵ Os principais componentes da ‘genética’ cultural de MS. Fonte: <http://www.ms.gov.br/a-cultura-de-ms/>.

Em 1939, chega à Nioaque o então o 1º Grupo do 5º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria, atual 9º GAC (Nono Grupo de Artilharia de Campanha).

Em 1937, temos em Jardim a instalação da 1ª Cia do 4º Batalhão de Sapadores, originária de Aquidauana. A partir de 1945, conforme já citado, temos a instalação da CER-3. Somente em 1985, iniciam as atividades da 4ª Cia E Cmb Mec (Quarta Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada). No Quadro 1, localizado no capítulo seguinte, temos um maior detalhamento de todo este histórico, assim como suas referências.

Estas três cidades, antes mesmos destes aquartelamentos serem instalados (Bela Vista, Nioaque e Jardim), tiveram suas histórias marcadas pela Guerra da Tríplice Aliança, com destaque para a Epopeia da Retirada da Laguna, que teve a sua Coluna de Marcha marcando com seu sangue o solo destas três cidades.

Não resta dúvida que a identidade territorial (territorialidade) brasileira existente na sub-região XII foi e continua sendo construída pelo trabalho diuturno das Forças Militares aquarteladas neste recorte territorial.

Por isso, o tema deste trabalho aborda o conceito de territorialização, uma vez que a ação militar em prol da garantia do exercício da soberania estatal em um território, territorializa, ou seja, estabelece vínculos: administrativos, políticos, econômicos, sociais, culturais, etc.

3. CAPÍTULO III - AS ORGANIZAÇÕES MILITARES SITUADAS NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA FAIXA DE FRONTEIRA

A territorialidade construída pelos aquartelamentos na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira é o foco da pesquisa. Esta delimitação territorial advém do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), do Ministério da Integração Nacional.

Identificar e compreender o contexto em que se deram a implantação das unidades militares é importante para analisar a territorialidade que ela produz e representa. Afinal, além de se tratar de pontos geoestratégicos, estão ligados à ocupação e utilização da Faixa de Fronteira.

A seguir, no quadro 1, são identificados os aquartelamentos existentes na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira: 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Bela Vista); 4º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque); 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (Jardim).

10º R C Mec	
ENDEREÇO	Praça Comandante Pedro Rufino, nº 627 - CENTRO - Bela Vista - MS
ANO DE INSTALAÇÃO	1906
CONTEXTO DA INSTALAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MILITAR	<p>Tradicional Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro, o 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado hoje está sediado na cidade de Bela Vista, MS, desde 10 de dezembro de 1906.</p> <p>Criado com a denominação de Companhia de Cavalaria de Mato Grosso, em 22 de fevereiro de 1839, teve como sua primeira sede a cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso e sua principal finalidade era prover a segurança aos pequenos núcleos de povoamento originários das antigas pousadas dos bandeirantes e manter a posse da terra em expansão na época. Após várias mudanças de sede e denominações, chega a Bela Vista em 10 de dezembro de 1906 com a missão de guarnecer a Fronteira do Brasil.</p> <p>O 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado originou-se da Companhia de Cavalaria de Mato Grosso, criada em 1839, com sede em Cuiabá. A ocupação da província do Mato Grosso foi lenta e, por vezes, verificaram-se incursões estrangeiras que entravam na área, particularmente ao sul. Isso determinou que a sede da unidade fosse mudada várias vezes, para atender à necessária presença militar nos sertões do então Mato Grosso, ao mesmo tempo em que mudavam as denominações das tropas de Cavalaria.</p> <p>Esta unidade tem como patrono a figura de Antônio João Ribeiro, Tenente, comandante da Colônia Militar dos Dourados, subordinada ao então 1º Corpo de Cavalaria de Mato Grosso, cujo</p>

	<p>efetivo foi dizimado em 1864, durante a Guerra da Tríplice Aliança.</p> <p>Antônio João, dois soldados e mais dois bravos colonos caíram mortos. Findava, desse modo, um feito de ousadia, coragem, disciplina militar e sacrifício em defesa da nacionalidade e do solo Pátrio.</p> <p>Outro momento histórico vivido pela Unidade refere-se à atuação do 1º Corpo de Caçadores a Cavalos que, em 1866, uniu-se à coluna de 3000 homens organizada no Rio de Janeiro para opor-se às ações inimigas.</p> <p>O Capitão Pedro Rufino e seus cavaleiros (cerca de 300) se uniram à coluna que, sob o comando do Coronel Carlos Moraes Camisão, investiu sobre o Forte de Bella Vista e se dirigiram até a estância de Laguna (PY), local onde estariam prisioneiros brasileiros.</p> <p>O Regimento também esteve presente na Retirada da Laguna, um dos episódios mais sangrentos da Guerra da Tríplice Aliança. Nessa epopeia, mais de 2.500 soldados brasileiros perderam suas vidas fulminados pela cólera e a fome.</p> <p>Em 1906, depois de passar por Cuiabá, Nioaque, Miranda, Cáceres, o Regimento chega à cidade de Bela Vista, com a denominação de 7º Regimento de Cavalaria Ligeira.</p> <p>Como homenagem do Exército, a 30 de dezembro de 1938 foi consagrado o Tenente Antônio João como patrono do então 10º Regimento de Cavalaria Independente.</p> <p>Com a crescente modernização e a moto mecanização dos meios, em 1985 o Regimento recebeu sua denominação atual de 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada.</p> <p>Ao longo destes 170 anos de história, dos quais 102 em Bela Vista, O Regimento estreitou laços de amizade com a população brasileira e paraguaia, prestando apoio em diversas ocasiões, contribuindo para o desenvolvimento da Região, fazendo-se presente no patrulhamento da fronteira, em situações de calamidade pública, na garantia da lei e da ordem. O Regimento Antônio João é a sentinela incansável da fronteira.</p>
FUNÇÃO/OBJETIVO ATUAL DA UNIDADE	<p>O Regimento de Cavalaria Mecanizado (R C Mec) é a unidade tática de emprego da Brigada nas missões de segurança e reconhecimento.</p> <p>Contribui com a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada na defesa do território nacional, na garantia dos poderes institucionais, da lei e da ordem, em ações subsidiárias, ou em missões no exterior.</p>
9º GAC	
ENDEREÇO	Av Calógeras, 252. Bairro, CENTRO, Nioaque-MS
ANO DE INSTALAÇÃO	1939
CONTEXTO DA INSTALAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MILITAR	Devido à posição estratégica em que se encontra a cidade, foi criado em 25 de março de 1939 o 1º Grupo do 5º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria, ocupando inicialmente as instalações do aquartelamento do antigo 4º Batalhão de Sapadores

	<p>na cidade vizinha de Aquidauana - MS.</p> <p>Em 1946, essa tradicional organização militar de artilharia do Exército Brasileiro, passou a denominar-se 9º Grupo de Artilharia a Cavalo 75 (9º G A Cav 75), modernizando seus equipamentos com os canhões Krupp 75mm.</p> <p>No dia 1º de setembro de 1955, uma Bateria de Obuses deslocou-se para a cidade de Nioaque, dando início à ocupação do novo quartelamento.</p> <p>Em 19 de novembro de 1957, aproveitando as comemorações do Dia da Bandeira, e assim, revestindo o acontecimento de maior brilho, instalou-se o Grupo em Nioaque com todo o seu efetivo, concluindo definitivamente a sua mudança de sede.</p> <p>Em 1958, a unidade tornou-se motorizada, recebendo a denominação de 9º Grupo de Canhões 75 Auto-rebocado.</p> <p>Em 1975, com a substituição dos Canhões Krupp 75 pelos atuais Obuseiros 105mm, mudou a denominação para 9º Grupo de Artilharia de Campanha - 9º GAC.</p> <p>Em 1980 o 9º GAC passou a ser orgânico da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Guaicurus, sediada em Dourados, criada em virtude da extinção da 4ª Divisão de Cavalaria.</p> <p>No ano de 2003, uma comissão de oficiais do 9º GAC realizou um estudo visando propor um nome histórico e estandarte para a unidade.</p> <p>Em novembro de 2003, por ordem do então Comandante do Exército General Gleuber Vieira, decidiu entregar a denominação histórica "Grupo Major Cantuária" ao 9º GAC, em homenagem aos feitos heroicos do nobre militar que tão bravamente atuou à frente da nossa Artilharia, durante a epopeia da Retira da Laguna, e que, merecidamente passa a ser imortalizado perante a História do Brasil e na alma de cada integrante do Grupo.</p>
FUNÇÃO/OBJETIVO ATUAL DA UNIDADE	<p>Apoiar pelo fogo a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em operações de defesa externa; atuar em ação de prevenção e repressão a delitos transfronteiriços, em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), realizando ações subsidiárias na área de responsabilidade da 4ª Bda C Mec; formar anualmente um contingente mobilizável, em condições de ser empregado em ações de defesa externa e combate aos crimes transfronteiriços e ambientais; quando solicitado pelas autoridades civis, estando devidamente autorizada pelo escalão superior, cooperar com a Defesa Civil.</p>
4ª CIA E CMB MEC	
ENDEREÇO	Rua Tenente Ari Rodrigues, 252, Centro, Jardim-MS
ANO DE INSTALAÇÃO	1985
CONTEXTO DA INSTALAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MILITAR	<p>A 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (4ª Cia E Cmb Mec), sediada na cidade de Jardim-MS, foi criada pela Portaria Ministerial nr. 083, assinada em 19 de novembro de 1985, sendo seu aniversário. Obteve autonomia administrativa em 01 de janeiro de 1987, ano em que realizou sua primeira incorporação de recrutas. Sua criação foi vinculada ao projeto de ampliação e</p>

	<p>modernização do Exército, denominado FT-90 (Força Terrestre 1990).</p> <p>O seu quartelamento foi herdado da extinta Organização Militar de Engenharia de Construção, a Comissão de Estradas de Rodagem nr. 3 (CER-3).</p> <p>A história dessa unidade confunde-se com a histórias da cidade de Jardim, da Arma de Engenharia e do Mato Grosso do Sul.</p> <p>Em 1937, a 1ª Cia do 4º Batalhão de Sapadores, que era sediado em Aquiadauana, instalou-se nas terras da Fazenda Jardim, a fim de dar continuidade à sua missão de construção de estradas. Era demandada a construção da ligação da cidade- sede da unidade com Bela Vista e Porto Murtinho. Em 1939, o Batalhão em questão passou-se a chamar 4º Batalhão Rodoviário. O movimento de construção proporcionou o surgimento de Guia Lopes da Laguna e da Vila Jardim, posteriormente a consolidação de cada um como município.</p> <p>O 4º Batalhão Rodoviário transferiu-se para Jardim, tendo seu nome modificado para CER-3, em março de 1945. A CER-3 encerrou suas atividades a partir de 1º de janeiro de 1984, passando seu material e pessoal para a administração do 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º B E Cnst), com sede em Cuiabá - MT.</p> <p>De janeiro de 1984 a dezembro de 1986, funcionou no quartelamento a Residência Avançada de Jardim (Res Jim) , subordinada ao 9º B E Cnst, última organização militar a ocupar as instalações.</p> <p>Para a implantação da 4ª Cia E Cmb Mec, as instalações do quartelamento jardinense foram completamente remodeladas e feitas as adaptações necessárias.</p> <p>A cidade de Jardim, assim como municípios vizinhos, foram palco do sangrento episódio da Guerra da Tríplice Aliança: a Retirada da Laguna. Nesta ocasião, o chefe da Comissão de Engenheiros das forças em operação ao sul de Mato Grosso, era o insigne Tenente-coronel Juvêncio Manoel Cabral de Menezes. Foi sepultado às margens do rio Miranda, onde se encontra preservado o Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna. Este ilustre herói dá nome a esta Companhia.</p>
<p>FUNÇÃO/OBJETIVO ATUAL DA UNIDADE</p>	<p>A Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (C E Cmb Mec) tem como missão principal apoiar a mobilidade, a contramobilidade e contribuir para a proteção, caracterizando-se como um fator multiplicador do poder de combate da Brigada.</p> <p>Além de realizar o apoio de Engenharia à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, realiza ações subsidiárias em sua área de responsabilidade, contribuindo na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, respeitando a população e primando pela competência profissional em nível de excelência.</p>

Quadro 1: Organizações Militares existentes na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira
Fontes: Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada
<http://www.eb.mil.br/web/centro-de-comunicacao-social-do-exercito/267/>

<http://www.9gac.eb.mil.br>

<http://diarioms.com.br/10o-regimento-de-cavalaria-mecanizado-completa-170-anos>

Manual de Campanha Brigada de Cavalaria Mecanizada (C 2-30).2ª ed.2000

Organizado pelo Autor

Na Figura 2 está registrada a espacialização das três organizações militares presentes da região em estudo. Nela é possível identificar a localização dos municípios que possuem aquartelamentos, bem como todos os demais municípios da região em relação ao estado de Mato Grosso do Sul.



Figura 2: Localização das Organizações Militares existentes na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira e no estado de Mato Grosso do Sul
Org. Orlando Moreira Junior, 2016

As Figuras 2, 3 e 4 apresentam a localização das organizações militares dentro do espaço urbano das cidades onde se situam.

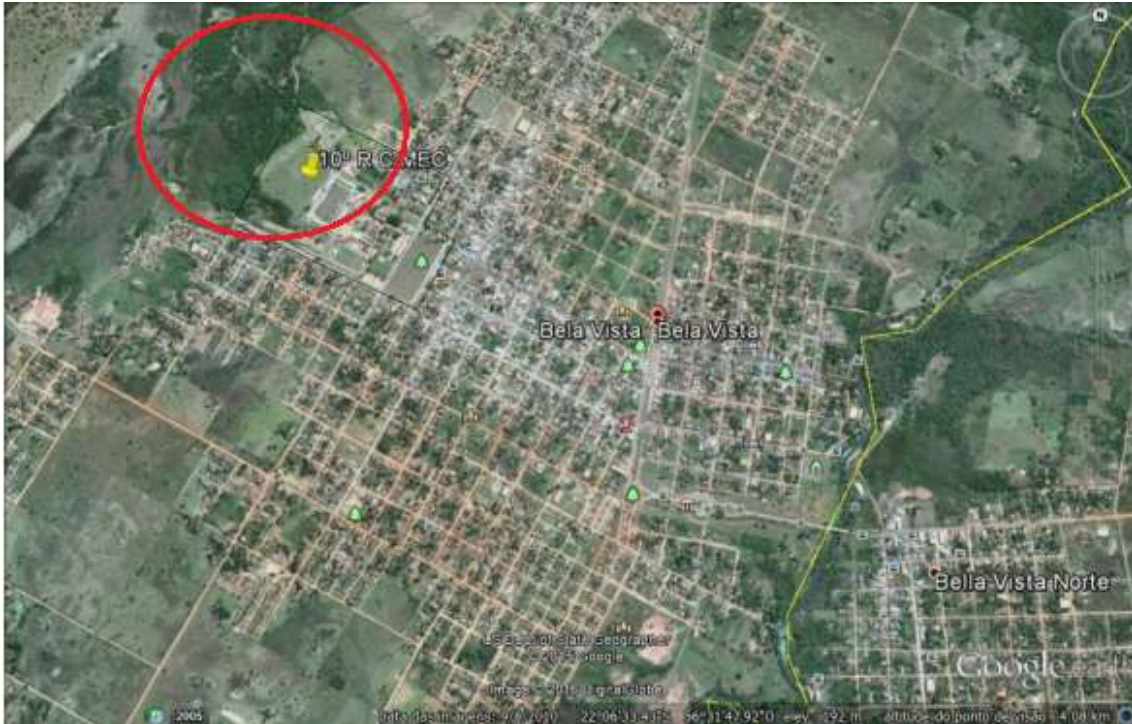


Figura 3: Localização do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada na cidade de Bela Vista
Fonte: Google Maps

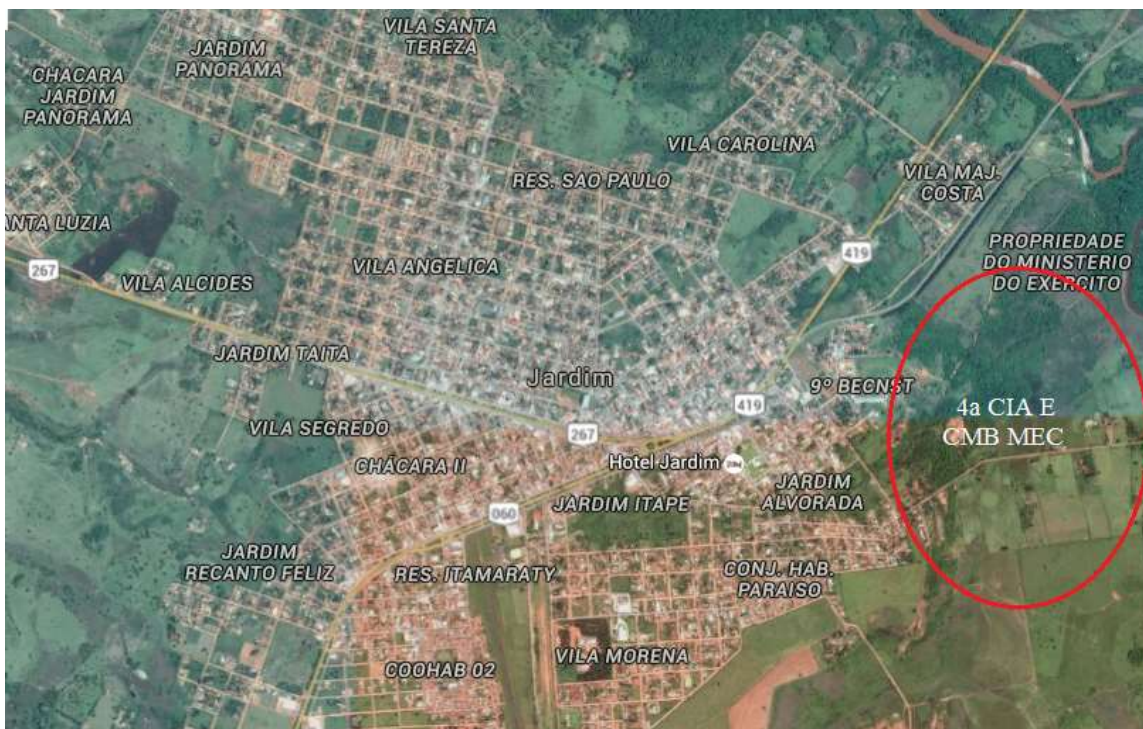


Figura 4: Localização da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada na cidade de Jardim
Fonte: Google Maps

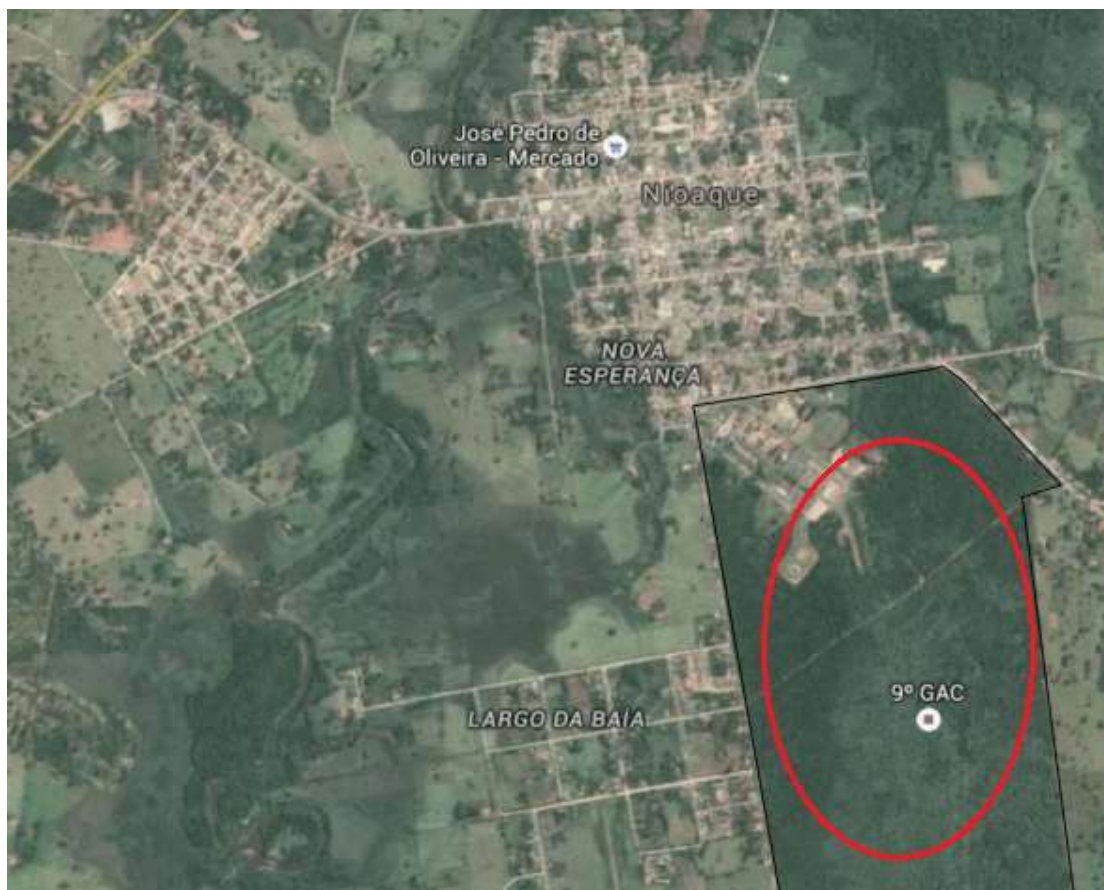


Figura 5: Localização do 4º Grupo de Artilharia de Campanha na cidade de Nioaque
Fonte: Google Maps

As três organizações militares apoiam e cooperam com as Forças Auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), demais órgãos de segurança (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Defesa Civil), além de Governo Federal, Estadual, Municipal, Tribunais Eleitorais, nas seguintes ocasiões: operações de garantia da lei e da ordem; segurança de grandes eventos em desastres naturais; combate de epidemias; segurança de eleições, ou qualquer oportunidade que se julgue necessário. As principais ações efetuadas por elas, tanto nas cidades onde se localizam quanto na região, na última década, tem sido: a garantia da lei e da ordem no conflito entre fazendeiros e indígenas; o apoio ao combate da dengue; a realização do Posto de Bloqueio e Controle de Estradas, o PBCE (Figura 6); a promoção de eventos junto à sociedade civil; a cooperação com escolas e institutos de ensino superior da região.



Figura 6: PBCE sendo realizado na Operação Dourados

Fonte: <http://fronteiranews.com/dilma-mantem-exercito-em-area-de-conflito-mas-soate-dia-15-deste-mês>

No caso de falência das Forças Auxiliares, não só o Exército, mas a Marinha e a Aeronáutica serão empregadas emergencialmente, na garantia da lei e da ordem. A segurança de grandes eventos, além de adestramento da tropa no trato com a população, proteção de atletas e autoridades, é oportunidade de exercício da dissuasão frente a todo o mundo.

O socorro prestado nas calamidades além de ser uma questão humanitária, aproxima a população de sua Força Armada, eleva os níveis de credibilidade junto à sociedade. O apoio às eleições além de contribuir para a lisura do pleito, tem sido importante apoio à democracia. O combate às epidemias contribui com a Saúde Pública.

Foi o caso da Operação Dourados, com duração de 75 dias, e que compreendeu as cidades de Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista e Ponta Porã. Tal operação contribuiu para o restabelecimento da segurança na região após disputa territorial entre indígenas e fazendeiros, pelo menos momentaneamente.

Este fato se tratou de uma importante questão política, fazendo com que o Governo Federal mobilizasse tropas do Exército para auxiliar nos conflitos, como pode ser observado na Figura 6.

3.1 Ações subsidiárias do Exército



Figura 7: Governador Reinaldo Azambuja em entrevista coletiva sobre o conflito entre indígenas e proprietários rurais

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-sguranca/2015/09/exercito-atuara-emconflito-de-indigenas-e-fazendeiros-no-ms>

O combate ao narcotráfico é feito sempre que possível, dentro de um sistema de Segurança Integrada. O trabalho interagências é algo recente no Brasil, uma cultura que ainda engatinha. O sistema em questão compreende as demais Forças Armadas, os Órgãos de Segurança Pública (OSP), o Ministério Público (MP) e órgãos do Poder Judiciário, dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, dentre outros afins, sempre que pertinente e possível.

Cabe ao Exército Brasileiro, além de outras ações pertinentes, [...]: IV - atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo [...] (Art. 17-A, inciso IV, da Lei Complementar Nr 97, de 09 de junho de 1999) (op. cit.). A Portaria Nº 061, de 16 de fevereiro de 2005, do Comandante do Exército, em atenção ao poder de polícia atribuído ao EB por meio da LC 97/1999, traz um rol exemplificativo de ações preventivas e repressivas a serem realizadas. São elas: - preventivas: a) intensificar as atividades de preparo da tropa, de inteligência e de comunicação social, consideradas de caráter permanente; b) cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, for desejável e em virtude de solicitação, na forma do apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; e c) prover segurança às atividades de órgãos federais, quando solicitado e desejável, [...]. - repressivas: instalar e operar postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE) e fluviais (PBCFlu) e postos de segurança estáticos (PSE); b) realizar patrulhamento e revista de

pessoas, veículos, embarcações, aeronaves e instalações; c) efetuar prisão em flagrante delito; d) apoiar a interdição de pistas de pouso e atracadouros clandestinos, utilizados, comprovadamente, para atividades ilícitas; e e) fiscalizar produtos controlados (op. cit.). Pormenorizando algumas dessas ações, destacam-se as Instruções Provisórias 85-1 Operações de Garantia da Lei e da Ordem, aprovada pela Port nº 034–EME-RES, de 24 de maio de 2002, que traz, dentre outras: o Estabelecimento de Postos de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), o Estabelecimento de Postos de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU), a Busca e Apreensão de Pessoas, Armamento, Munição e Outros Materiais, a Identificação de Pessoas, a Interdição ou a Evacuação de Áreas e o Operação de Controle de Distúrbios (OCD) (FERREIRA NETO, 2009).

Na realização de eventos junto à sociedade civil, além do congraçamento com a comunidade local, se perpetuam valores e feitos históricos. Como no caso do Encontro da CER-3 (Comissão de Estradas de Rodagem nº 3), festividade que ocorre bianualmente, promovida pela 4ª Cia de Engenharia de Combate Mecanizada, na cidade de Jardim. O evento acontece pelo fato de a unidade de Engenharia ter herdado as instalações da extinta organização militar destinada à construção. A predecessora foi importante no crescimento e integração da região, até o momento carente em sua malha rodoviária, além da baixa densidade populacional. A cooperação com escolas e institutos de ensino superior da região possibilita a transmissão de valores do Exército, agregar novos conhecimentos e tecnologias para as organizações militares, além de incentivar na juventude a vocação à carreira das Armas. Tal parceria é diretriz do alto escalão como podemos ver na seguinte notícia do dia 07/12/15: “Reitor apresenta projetos da UEMS para o Ministro da Defesa” (UEMS, 2015), o que representa uma parceria entre o Exército e instituições que envolvem o ensino, a pesquisa e a Extensão inerentes ao meio acadêmico (Figura 8).



Figura 8: Aldo Rebelo (então Ministro da Defesa), Fábio Edir dos Santos Costa (reitor da UEMS) e General Rui Yutaka Matsuda (então comandante da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada)

Fonte: <http://www.portal.uems.br/noticias/detalhes/reitor-apresenta-projetos-da-uems-para-o-ministro-dadefesa-153130>

Diante do exposto até aqui, podemos observar a importância dos quartéis na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira. Não somente pela questão da defesa da soberania do Estado Brasileiro nesta área, mas também desde a década passada, observamos uma intensificação significativa do apoio à população, seja num trabalho de Responsabilidade Social (ACISO), ou no apoio de situações de calamidade pública. Isso não ocorre por acaso, afinal, a supracitada sub-região somente será integrada a partir da atuação do Poder Público em todos os níveis. O caminho pode ser este aqui demonstrado: a partir da atuação cada vez mais “interdisciplinar” das organizações militares ora analisadas.

4. CAPÍTULO IV- O ESTADO, A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS FRONTEIRAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Desde o Brasil Colônia, a atuação estatal tem sido determinante para o estabelecimento das fronteiras. O ímpeto português em expandir seus domínios, como no episódio das Bandeiras, ajuda a explicar a atual formatação territorial brasileira. O legado dessa preocupação do Estado com as questões fronteiriças é presente até hoje. Isto fica evidente na análise que discorrerá nesta parte do trabalho, a qual tem a pretensão de refletir teoricamente acerca da relação entre geopolítica e fronteira, bem como identificar a relação entre o Estado, a organização territorial e a questão fronteiriça, na região em estudo, a partir de entrevistas realizadas com os comandantes das organizações militares presentes na Sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira.

4.1. Geopolítica e fronteira

Nas zonas fronteiriças se concentram as pressões econômicas, políticas, morais e militares. Porém, elas não servem apenas como divisórias, mas também como oportunidade de interpenetração de culturas, interesses e objetivos distintos (VALLAUX, apud MATTOS, 2011, p.17).

O Estado brasileiro interage com os seus equivalentes lindeiros. Essas interações (“fricções” entre diferentes soberanias), fazem com que as fronteiras envolvidas sejam transpassadas em ambos os sentidos, legal ou ilegalmente. A conjugação de forças econômicas, políticas, culturais e militares é a protagonista desse fluxo, que traz vivacidade ao espaço em questão.

Vale destacar o fenômeno do hibridismo cultural, onde culturas se miscigenam, e seus elementos dialogam e se misturam, formando praticamente uma nova cultura, particular àquela região.

Mattos ensina que a fronteira é sempre uma área sensível, que a já explicitada pressão fronteiriça costuma ser o estopim para a desarmonia e o conflito entre Estados. Surge a necessidade de desenvolver uma ciência que reflita esse contexto e busque apontar caminhos para a melhor administração dessa delicada parte do território.

Eis que se desenvolve a geopolítica: política aplicada aos espaços geográficos (MATTOS, 2011, p.13). A partir do aprendizado obtido ao longo da história, busca-se analisar as relações de poder que se desenvolvem na região fronteiriça, buscando preservar o que é bem-sucedido e apontar novos caminhos para corrigir eventuais falhas.

No que tange a sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira podemos destacar uma importante iniciativa: como fruto da Proposta de Reestruturação do Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF/2005), a criação do já citado Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul (PDIF/MS), em 2012.

A Geopolítica não se restringe a questões de relações internacionais, mas também socioeconômicas. Para tanto, o supracitado plano estabelece 7 eixos estratégicos: segurança; saúde; infraestrutura e logística; educação; desenvolvimento econômico; desenvolvimento socioambiental; integração aduaneira.

A segurança compreende a atuação integrada dos órgãos de segurança pública, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, das Forças Armadas e integração com seus equivalentes nos países vizinhos. Dessa forma, a plena eficiência da prevenção, do controle, da fiscalização e da segurança populacional nessa região seria alcançada.

Observa-se no tempo contemporâneo muitos conflitos internos e externos em relação a conflitos agrários de terras, envolvendo problemas entre os indígenas, que reivindicam o direito tradicional das terras, e os fazendeiros que foram incentivados a ocupar as terras indígenas por uma política histórica de colonização das terras – conflitos esses que necessitam de intervenção para serem solucionados, com a presença da Segurança Pública (PDIF/MS, p.36).

Mesmo que de forma indireta, a sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira está encravada num espaço de conflito histórico por terras, constituindo uma grande variável de instabilidade na região. O Poder Público é culpado duplamente nessa questão. Primeiramente por não ter garantido as terras necessárias ao desenvolvimento dos povos tradicionais, e também por ter incentivado a ocupação das mesmas durante o estabelecimento das colônias. A tentativa de combater o problema do baixo adensamento demográfico acabaram por criar um muito maior e de solução muito mais complexa. Verifica-se aqui como a cada ato na geopolítica fronteiriça devem ser medidas todas as consequências, a fim de não se intensificar a fragilidade da já sensível área limdeira.

A saúde é carente de apoio técnico, financeiro e institucional em ambos os lados da fronteira. É urgente o fomento da melhoria da mesma por meio de medidas como: desenvolvimento e implantação de um mecanismo eficaz de monitoramento de eventos e agravos da saúde; definição de planejamento e metas de gestão; viabilização de novas formas de financiamento e custeio. Uma boa alternativa seria estabelecer contratos de gestão junto à

iniciativa privada, com metas previamente estabelecidas, dessa forma estaria diminuindo os custos e otimizando os resultados. Para tanto, deveria ser incentivada a participação do terceiro setor, através tanto de Organizações Sociais (O.S.), como de Organizações Sociais Civis de Interesse Público (O.S.C.I.P). Este poderia ser um caminho importante em época de falência do Estado provedor.

Infraestrutura e logística são áreas que o referido plano objetiva equilibrar, por serem as matrizes de Transporte, e ao mesmo tempo, integrar o estado de Mato Grosso do Sul com o Porto de Paranaguá (maior porto graneleiro da América Latina, localizado na margem sul de baía homônima, no estado do Paraná) e o Pacífico, através dos portos de Arica (localizado no norte do Chile, próximo à fronteira com o Peru) e Iquique (sul do Chile, próximo à fronteira com a Bolívia). Busca a redução dos custos, mediante parcerias com o terceiro setor, visando otimizar a distribuição e a exportação dos produtos estaduais, dinamizando o setor produtivo. A expansão da capacidade de geração e distribuição de energia elétrica, são medidas fundamentais nesse processo.

A educação é fundamental no desenvolvimento social. É preciso considerar uma política educacional diferenciada para a região, assim como uma abordagem de acordo com o hibridismo cultural característico da mesma. O baixo nível educacional é ponto crítico, sendo imprescindível uma maior especialização da mão-de-obra nos setores: agro-silvo-pastoril; turismo; indústria; comércio; serviços.

No geral, as regiões fronteiriças são marcadas por interações, tanto legais quanto ilegais. Em diversas cidades é possível identificar os inúmeros casos de paraguaios que utilizam o sistema de saúde⁶, educação⁷ e ocupam postos de trabalho⁸ do lado brasileiro. Assim como brasileiros que buscam produtos importados de diversas origens e possuem empreendimentos no lado paraguaio⁹.

De tal modo, o desenvolvimento econômico deve ser pensado a partir da realidade regional. Para o caso da região em estudo, é preciso pensar as potencialidades capazes de promover o desenvolvimento, não apenas em termos econômicos, mas também sociais. As principais atividades regionais, agronegócio e turismo, devem ser pensadas a partir de

⁶ Estrangeiros sobrecarregam SUS na região de Guaíra e Foz. Fonte: <http://www.portalguaira.com/saude-estrangeiros-sobrecarregam-sus-na-regiao-de-guaira-e-foz/>.

⁷ CABALLERO; NINCAO, 2009, p.1.

⁸ Paraguaios cruzam fronteira para trabalhar ilegalmente em Foz. Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/paraguaios-cruzam-fronteira-para-trabalhar-ilegalmente-em-foz-97m14hnjvf1cizloup1a/>.

⁹ Empresários brasileiros investem no Paraguai atraídos por incentivos governamentais. Fonte: <http://www.fiems.com.br/clippings/impressa/empresarios-brasileiros-investem-no-paraguai-atraidos-por-incentivos-governamentais/21517>.

estratégias que beneficiam tanto os pequenos agricultores, quanto as práticas de economia solidária. Igualmente, Bela Vista (BR), integrante da sub-região ora estudada, e Bella Vista Norte (PY), carecem de políticas integradas para o fomento de seus setores comerciais.

Se, por um lado, a reflexão acerca das estratégias de desenvolvimento econômico e social são fundamentais numa faixa de fronteira, a fim de minimizar as diversas problemáticas enfrentadas pelos municípios da região e de abrir possibilidades de integração. De outro, desponta a necessidade de pensar sobre a soberania e defesa do território nacional.

A questão geopolítica é fundamental na análise de uma região fronteiriça. O papel e a atuação do Estado são fundamentais na organização territorial das fronteiras, tendo suas atuações marcadas, principalmente, por meio de medidas institucionais e de planejamento.

4.2. O Estado e a questão fronteiriça

Para melhor compreender e definir a territorialidade construída pelas organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, além de analisar os papéis assumidos por elas, foram realizadas, no ano de 2015, durante iniciação científica de título homônimo, entrevistas com os comandantes do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Bela Vista), do 4º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque) e do 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (Jardim). Com base no resultado das entrevistas, com o conhecimento empírico da região e da experiência profissional vivenciada no Exército, é possível analisar a atuação do Estado no processo de organização territorial da região fronteiriça e seus desdobramentos.

O então comandante do 10º R C Mec, Tenente-coronel Nardine, afirma que

“a atuação do Estado na região fronteiriça se dá de forma a manter a integridade territorial do país. Para isso, é necessário que o controle e a fiscalização de tais regiões sejam feitos a fim de mostrar a importância dessa faixa para o Brasil. Além disso, o modo pelo qual o Estado atua é fundamental, pois o desenvolvimento econômico e social dessas regiões está diretamente ligado ao interesse estatal”.

Ao analisar esta resposta, podemos destacar alguns conceitos, tais como: integridade; controle; fiscalização; desenvolvimento econômico. Quanto à integridade, podemos lembrar o lema positivista presente no pavilhão nacional “ordem e progresso”, sendo o Estado o garantidor da ordem, sem a qual não haveria progresso. Quanto ao demais conceitos

destacados, percebemos um viés keynesianista que entende o Estado como agente indispensável na economia, promotor do bem-estar social.

O então comandante do 9º GAC, Tenente-coronel Couto, ressaltou o papel da Polícia Federal no que tange ao controle do fluxo transfronteiriço, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem por missão principal promover a reforma agrária de maneira justa e sistematizada, a médio e longo prazo, manter e gerir o cadastro nacional de imóveis rurais, administrar terras públicas, além de identificar e registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas.

Ressalte-se ainda o processo de integração nacional das regiões centro-oeste e amazônica, efetuado pelo Governo Militar, priorizando desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Nesta análise, destaca-se a importância da ação da autarquia INCRA e do órgão Polícia Federal, cada um em sua seara, no combate aos delitos transfronteiriços.

O Major Magalhães, então comandante da 4ª Cia E Cmb Mec, afirmou que majoritariamente a fronteira nacional está ocupada com atividades econômicas primárias, como agricultura e extrativismo. Disse ainda que seriam preponderantes no Oeste e Norte, respectivamente. Além disto, enfatizou a ausência do Poder Público no cumprimento de suas atribuições, sobrecarregando as Forças Armadas. Esse fator favoreceria a mitigação da soberania e controle das faixas de fronteira.

Destaca-se nessa resposta a agricultura e o extrativismo, segundo o entrevistado, como atividades predominantes no Oeste e no Norte, respectivamente. Ele prossegue, colocando as Forças Armadas como presença solitária do Poder Público, tal fato enfraqueceria o controle fronteiriço, garantindo a soberania nacional. Nesta visão, outros órgãos como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, deveriam apoiar mais a ação da Força Terrestre.

Fica evidente, portanto, uma aparente fragilidade na questão fronteiriça por parte de atuação estatal. As Forças Armadas são a maior representação com atuação múltipla e complexa: agente político (representante único do Estado na região), social (integrador do território nacional), fiscal (controlador/fiscal) e econômico (desenvolvimentista). A seguir, estas facetas da atuação do Exército enquanto braço estatal serão demonstradas.

4.3. Estado: agente político

Nota-se a ação “solitária” do Exército na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira. Aquele que deveria ser o último recurso a ser utilizado pela Nação, acaba sendo o único auxílio disponível à população.

Uma atuação que em tese seria emergencial, torna-se permanente, em virtude de uma estrutura estatal praticamente inexistente. Tal fato demonstra o total desinteresse do Poder Público, em todos os níveis, em cumprir com seu papel constitucional de provedor básico.

Toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder” (COSTA, 2013, p.18).

Política remete às relações de poder, as quais se encontram em constante desequilíbrio, também na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, pois seu mediador não se faz presente como deveria. Um grande exemplo nas limitações da condução estatal do aspecto político, das relações de poder em conflito neste recorte territorial, é a recorrente contenda entre indígenas e fazendeiros.

Esse vácuo de poder abre espaço para que poderes paralelos ao Estado se estabeleçam e busquem preencher essa lacuna, como é o caso do crime organizado. Redes criminosas se consolidam, dominam territórios e colocam em questão a ordem instituída, organizando grupos paramilitares que acabam por exercer o poder repressivo, exclusividade do Estado, a seu bel-prazer.

Temos, então, um espaço de vivência e produção que não foi organizado e que não está sob os domínios do Estado, colocando em questão a consolidação do Estado Nacional, criando novas territorialidades. Ao considerar o território como uma projeção espacial das relações de poder (políticas) do Estado, os problemas estruturais da organização governamental do país se projetam no espaço em que exerce sua soberania uma imagem descaracterizada de si mesmo; Assim, acaba por produzir um território que não reconhece sua própria identidade ou pelo menos, enxerga uma identidade distinta da ideal.

4.4. Estado: agente social

Como já referido, as Forças Armadas são a presença estatal também na questão social, tendo papel preponderante como integrador das áreas marginalizadas aos grandes centros, tanto na construção de rodovias e ferrovias, como também no atendimento na área da saúde e na oferta de serviços básicos. Sem contar os jovens que anualmente são convocados para o serviço militar obrigatório, que oferece aos mesmos profissionalizações nos mais diversos ofícios, em localidades onde dificilmente isso seria oferecido.

Como afirma o General de Exército Alberto Cardoso em matéria da Revista Verde-oliva, “a simbiose com o povo propicia que as iniciativas sociais subsidiárias executadas”

criem clima altamente favorável. Esta proximidade proporciona legitimidade à atuação militar, aspecto agregador de credibilidade à imagem das Forças Armadas.

Sendo assim, percebe-se o impacto social dos quartéis no território tem múltiplos efeitos, sendo o dinamizador das relações e o “astro-rei” em torno do qual gravitam todos os atores ali presentes.

4.5 Estado: agente fiscal

Um das funções principais do Estado são a fiscalização e o controle. As Forças Armadas são responsáveis pela soberania nos territórios fronteiriços. Controlar e fiscalizar são atos de soberania que jamais devem ser desprezados.

A centralização do Estado brasileiro não apresenta “projetos de expansões territoriais externas, o seu ‘projeto nacional’ de expansão interna de seus domínios continua com todo o vigor” (COSTA, 2013, p.25). Este centralismo de poder excessivo prejudica o poder de polícia (no sentido de fiscalizar), impedindo que seja eficiente nos recortes territoriais marginais, uma vez que a tomada de decisão é feita de uma posição muito distante da realidade a ser atingida por ela. Por isso não é de se estranhar o crescente apelo da sociedade civil por uma descentralização político-administrativa, a fim de que os cidadãos das localidades onde repercutem as decisões tenham influência na tomada das mesmas.

A extensa gama de delitos ocorridos, diariamente, demonstra que infelizmente o desprezo é regra por parte do Poder Público. As Forças Armadas mesmo com poucos meios para cumprir com sua missão, se esmeram para fazer sua parte no combate ao crime organizado estabelecido de forma tão densa.

Oslain Santana, diretor de Combate ao Crime Organizado da PF afirma que o

tráfico de drogas passa pela fronteira, mas ele não fica na fronteira, é óbvio. Ela tem por destino o mercado consumidor. Então, você tem que fazer o trabalho de inteligência para saber quem está comprando essa droga nos estados consumidores nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, e quem está transportando essa droga. Você tem de ter trabalho de inteligência. Não tem como fiscalizar 16 mil quilômetros de fronteira (em:<http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-falha-na-fiscalizacao-de-17-mil-quilometros-defronteira-11421408#ixzz3xR5mQLag>).

Nesta fala se observa a incapacidade do Estado de fazer frente ao tráfico de entorpecentes, animais silvestres, remédios, eletrodomésticos, eletrônicos, entre outros. Sem um trabalho integrando todos os órgãos integrantes do sistema de segurança pública (Polícia

Federal; Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares), previstos no artigo 144, caput, c/c I-VI, CRFB/88 em parceria com as Forças Armadas e órgãos similares das Nações fronteiriças.

Além de todas as dificuldades citadas até aqui, soma-se o fato de o sistema de segurança pública ser formado por diversos órgãos, dificultando a efetividade de sua atuação o fato de ter a necessidade de uma coordenação com tamanha abrangência.

Ou seja, sem um sistema integrado, que trabalhe a longo prazo, levantando informações e as cruzando, com ações preventivas e repressivas, que tracem parâmetro de atuação bem definidos, dificilmente se chegará a algum resultado positivo.

4.6 Estado: agente econômico

As Forças Armadas também assumem papel importante diante do contexto desenvolvimentista exercido pelo Estado. Uma visão que está distante “das novas tendências interpretativas da geografia política ... não caberia mais a velha concepção de um Estado uno, centralizador” (COSTA, 2013, p.24).

Neste novo paradigma o indivíduo e coletividade são

chamados a criar juntos um enriquecimento recíproco que iria apontar para a busca da democracia, por intermédio do Estado Nacional, do Estado de Direito e do Estado Social, e para a produção da cidadania plena, reivindicação que se foi afirmando ao longo desses séculos (SANTOS, 2004, p.31-32).

Conforme as entrevistas realizadas, é possível observar a impermeabilidade do poder central, refletida nas Forças Armadas, no Exército em particular, à novas ideias, sobretudo na área econômica. Historicamente, o Estado, enquanto Poder Público, é colocado como provedor, e mesmo atualmente, quando já está comprovada a incapacidade estatal para tanto, insiste-se nesse entendimento.

É evidente a importância militar enquanto agente econômico na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, mas não pode ser solitário nessa iniciativa. O Poder Público, em todos os níveis, acomoda-se com a atuação dos aquartelamentos presentes localmente, chegando ao extremo de descentralizar constantemente dotações orçamentárias de vários ministérios para o Ministério da Defesa para operações nestes locais (com destaque para o ACISO, já citado anteriormente).

O acionamento do Exército em suas prerrogativas subsidiárias se torna prática reiterada. Remediam-se os efeitos ocorridos em um público particular no momento imediato,

ao invés de se atacarem as causas perpetuadas, ao longo do tempo, à sub-região como um todo.

5. CAPÍTULO V- O ESTADO E A CRIMINALIDADE TRANSFRONTEIRIÇA

Nos mesmos questionários os então comandantes do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Bela Vista), do 4º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque) e do 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (Jardim), foram questionados sobre como combater a criminalidade transfronteiriça sem comprometer a integração econômica, política e social entre as nações amigas.

O então comandante do 10º R C Mec, Tenente-coronel Nardine entende que

o combate à criminalidade na fronteira deve ser realizado com cuidado, uma vez que as leis aplicadas aqui são diferentes das que são utilizadas em outros países. Além disso, não podemos cruzar a fronteira simplesmente porque estamos atrás de determinada pessoa ou objeto, pois a chance de causar um grande problema diplomático para o Brasil é considerável. Todavia, não é por isso, que não iremos realizar operações que visam tal combate. Sendo assim, continuaremos agindo firmemente para evitar todo e qualquer tipo de ilegalidade dentro de nosso território, seguindo nossas leis e regulamentos.

5.1 A necessidade de unificação legislativa transfronteiriça para o combate ao ilícito

Na fala supracitada se destaca a preocupação relativa às legislações serem distintas entre os países fronteiriços, evidenciando como já colocado aqui, a urgência quanto à unificação legislativa transfronteiriça. A questão diplomática também é considerada, já que uma incursão não autorizada em território estrangeiro pode ser considerada um ato de guerra. Encerra destacando o compromisso com o combate à prática delituosa, ficando demonstrado o comprometimento com a missão sob sua responsabilidade.

O então comandante do 9º GAC, Tenente-coronel Couto, respondeu que “o combate à criminalidade se define contra as ações de crimes transfronteiriços, particularmente no tráfico de armas, cigarros, drogas e nos crimes de descaminho e contrabando. A atuação dos criminosos não compromete a integração mútua, em virtude desses crimes serem realizados por quadrilhas e não por iniciativa de um Estado”.

Percebe-se que o entrevistado não entendeu o questionamento realizado, posto que a pergunta foi sobre possibilidade da atuação estatal no combate ao delito transfronteiriço

prejudicar as relações com os demais países e não se tal prejuízo poderia decorrer estritamente da atuação dos meliantes.

O Major Magalhães, então comandante da 4ª Cia E Cmb Mec afirmou que “as ações devem ser muito bem planejadas e executadas, evitando situações que possam causar problemas diplomáticos”. Destacou ainda a importância da realização de operações conjuntas entre as Forças Armadas dos países vizinhos, assim como o recebimento constante de comitivas dos Exércitos vizinhos na organização militar por ele comandada.

Ao analisar o exposto acima, percebe-se novamente esta preocupação com questões diplomáticas que podem decorrer de deslizos na repressão ao crime transfronteiriço. No endereço: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-e-legislacao/tratados/legislacao-interna-brasileira-em-materia-de-cooperacao-penal-internacional>, vemos a Legislação Interna Brasileira em Matéria de Cooperação Penal Internacional: Constituição Federal (arts. 5º, 102, 105 e 181); Código de Processo Penal (CPP) (art. 1º, I, e arts. 368 e 784-790); Código Penal (CP) (arts. 7º a 9º); Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) (arts. 76-94); Lei Penal Ambiental (Lei 9.605/98) (arts. 77 e 78); Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98) (art. 8º); Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006) (art. 65); Lei do Serviço Exterior Brasileiro (Lei 11.440/2006) (art. 16); Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LICC (arts. 12 e 13); Resolução n. 9/2005 do STJ; Regimento Interno do STF; Portaria Conjunta MJ/PGR/AGU n. 01/2005; Portaria Interministerial MRE/MJ 501/2012 (aqui); Instrução Normativa 01/2010 do CNJ.

Verifica-se uma gama de legislações em diferentes níveis em nosso ordenamento jurídico, que muitas vezes são contraditórias entre si. Um cenário que dificulta uma mínima compatibilidade com as legislações das Nações vizinhas Faz-se desta forma, necessária a criação de uma legislação transfronteiriça ratificada pelas Casas Legislativas de todos os países limítimos, buscando a superação de eventuais disparidades.

Diante deste quadro, o PDF (2005, p.9) reza sobre a:

premissa de se criar um Estatuto da Fronteira como marco regulatório para o desenvolvimento regional e a integração com os países limítimos. Alguns dos caminhos para se chegar a esses objetivos desejados são apontados no presente documento.

Legislação que deve preconizar, dentre outras matérias, protocolos de atuação interagências para a atuação cooperativa entre as Forças Armadas, Polícias e demais órgãos de segurança dos países interessados.

A nível de MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), mesmo que ainda em estágio embrionário, a integração legislativa tem sido pensada. É o Grupo Ad Hoc sobre Integração Fronteiriça (GAHIF):

foi criado por meio da Dec. CMC N° 05/02 com o objetivo de dar fluidez e harmonia ao relacionamento das comunidades fronteiriças dos Estados-Membros do MERCOSUL em suas mais variadas dimensões; constitui um dos aspectos mais relevantes e emblemáticos do processo de integração (SAUSI; ODDONE, 2015, p.5).

SAUSI e ODDONE (ibidem) relatam ainda que “o GAHIF tem se reunido poucas vezes e com pouco êxito”, e que

os temas abordados se destacam a assistência média hospitalar (MERCOSUL/IV GAHIF/DT N° 1/03), os regimes aduaneiros especiais de importação (Dec. CMC N° 69/00; Dec. CMC N° 34/03, Dec. CMC N° 02/06) e as denominadas comunidades fronteiriças vinculadas (MERCOSUL/IX GAHIF/DI N° 01/05) (ibidem).

O GAHIF é um exemplo de canal de diálogo que contribui para um cenário em que a unidade legislativa transfronteiriça seja uma realidade, por meio da edição de resoluções elaboradas em conjunto.

No entanto, conforme observado, a temática de prevenção/repressão ao delito transfronteiriço está longe de ser uma pauta discutida com a mínima profundidade e periodicidade necessárias.

Diante da dificuldade de uma integração *top down* (de cima para baixo) a saída pode estar numa abordagem *bottom up* (de baixo para cima). Confirmando isto, TAVARES (2013) apud GOMES (2016, p.2) ensina que a “diplomacia, então, tem que se adaptar aos novos tempos, já que a ideia de que as relações internacionais apenas são realizadas pelo e para os governos nacionais centrais tornou-se obsoleta”.

Em função disso, surge o fenômeno da paradiplomacia, a qual se trata de processo de atuação de entes subnacionais em que interesses e demandas regionais ou locais são estabelecidos de modo global, trazendo-lhes maior legitimidade e novos parceiros no âmbito internacional (PRIETO, 2004, apud ibidem).

“Para que as decisões tomadas no bloco pudessem ser influenciadas pelos governos locais, criou-se, em 1995, a Rede Mercocidades” (ibidem, p.3).

A Rede Mercocidades é uma organização de cooperação descentralizada, formada pelos governos locais da região sul-americana, sendo, atualmente,

composta por 303 (trezentas e três) cidades da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia, países membros do MERCOSUL, e de Chile, Colômbia e Peru, países associados ao bloco. A Rede visa a fomentar o desenvolvimento de ações, programas e projetos de interesse intermunicipal que se relacionem ao processo de integração (MERCOCIUDADES, 2016). Portanto, trata-se de exemplo do fenômeno da paradiplomacia na integração regional sul-americana (ibidem).

Como visto acima, o combate ao delito transfronteiriço está longe de ser o foco desta organização reticular. Mas nada impede sugerir que esta estrutura seja utilizada para tanto. Em que pese o fato de que no caso brasileiro, eventuais competências legislativas são prerrogativas privativas da União, a Mercocidades pode reverberar as necessidades, anseios, perspectivas, enfim, peculiaridades que só uma visão micro pode apresentar. E assim, subsidia-se os entes competentes em cada país interessado a criar o embasamento jurídico tão necessário para o combate.

Em suma, observa-se que o trabalho diplomático tão importante na conformação das fronteiras nacionais como se encontram até o dia de hoje, destacando-se a figura do José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (que entre outras habilitações era geógrafo), precisa ser retomado no que tange a urgência da unificação legislativa transfronteiriça.

O Itamaraty, cujo instituto foi batizado com o nome de seu mais ilustre integrante em todos os tempos, deve liderar tratativas no sentido de criar uma agenda regional propositiva, em que se estude uma compatibilização legislativa entre as Nações limdeiras, contribuindo para uma vigilância fronteiriça mais eficaz.

6. CAPÍTULO VI- RELAÇÕES DE CONTROLE E PODER DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA FAIXA DE FRONTEIRA

A soma entre território, espaço e população não congrega a fonte de toda a força militar. Porém o território é elemento integrante dos aspectos influenciadores na guerra, pelo simples fato de ser onde se concretiza o “teatro de operações” (CLAUSEWITZ, apud LACOSTE, 2002, p.13).

O território, integrado por sua estrutura física e seu contingente populacional não é o único fornecedor da capacidade de uma Força Armada, mas é um dos componentes a serem considerados na guerra, pois é, no mínimo, onde a guerra se materializa. Refletiremos agora acerca de como se desenvolvem as relações de controle e poder das organizações militares no território da sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, tendo por base ainda as respostas aos questionários apresentados aos comandantes dos quartelamentos presentes no recorte espacial sob análise.

Ao então comandante do 10º R C Mec, Tenente-coronel Nardine, foi perguntado “como é realizado na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira o trabalho de Responsabilidade Social pelo Exército Brasileiro, promovendo o bem-estar populacional”. Foi questionado também sobre “como e quando ocorreu a atuação da sua unidade nessa atividade”.

Ele respondeu que a Força Terrestre tem como objetivo a garantia de uma maior comodidade à população dessa área, visando, sempre que possível, aproximar os habitantes locais do quartel.

Disse ainda que nesse intuito são promovidas as Ações Cívico-sociais (ACISO), seja em momentos de calamidade pública ou para suprir carência de determinados serviços naquela localidade. Um exemplo seria na cheia do Rio Apa, em dezembro de 2015, em Bela Vista, onde o 10º R C Mec atuou na realização do rápido escoamento das pessoas que estavam em áreas de risco, durante a enchente. Outros exemplos são: atendimento médico; palestras de conscientização nas escolas; combate à vetores de doenças como a dengue, em parceria com a prefeitura de Caracol e sua respectiva secretaria de saúde.

Ao analisar essa resposta, percebe-se a atuação do Exército Brasileiro na mitigação de falhas estatais em questões como: inexistência de planos de contingência para ocasiões de calamidade pública, precária prevenção de proliferação de doenças, ineficaz conscientização populacional acerca de assuntos de saúde pública.

6.1 ACISO & fronteira: a integração com as comunidades carentes como elemento afirmador da soberania

O então comandante do 9º GAC, Tenente-coronel Couto, em relação às mesmas perguntas respondeu citando primeiramente o artigo 142, caput, CRFB/88:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Citou também o artigo 16 da Lei Complementar 97/99:

Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Completo dizendo que o trabalho de Responsabilidade Social é exercido pelo Exército por meio de ações de Defesa Civil e um apoio às comunidades carentes nas Ações Cívico-sociais.

Destacou também o apoio à Defesa Civil na enchente ocorrida em Nioaque, em 2013, no conflito entre fazendeiros e indígenas nos arredores de Antônio João, em 2015, e no combate ao vetor transmissor de doenças como a dengue, tanto em Maracaju, como em Nioaque, no ano de 2016.

Ao analisar esta resposta observamos o enfoque ao embasamento jurídico da ação militar na Carta Magna e em Lei Complementar, apresentando uma previsão ainda não citada, das possibilidades de ação subsidiária das Forças Armadas e elenca as operações em que sua unidade foi empregada.

Já o então comandante da 4ª Cia E Cmb Mec, Major Magalhães respondeu que o processo se dá por diversos meios. Seja através de Ações Cívico-sociais, seja no combate às endemias, bem como no uso direto dos meios (cessão de ambulância, médicos, viaturas, equipamentos de engenharia, etc). Afirmou ainda que ao longo de todo o ano de 2015 a unidade esteve em apoio à sociedade civil.

6.2. Mão Amiga: o braço estatal que alcança os rincões mais carentes

Evidencia-se nesta última fala, a cessão de meios materiais e humanos em apoio à sociedade civil. Além disto, destaca o apoio realizado à comunidade em que se encontra inserida a unidade, ao longo de todo o ano.

Observa-se nesse momento, um aspecto recorrente da atuação dos aquartelamentos como agentes de controle e poder, visando preencher as lacuna deixadas pelo Poder Público. Algo já recorrente em toda a análise aqui realizada.

Ao então comandante do 10º R C Mec, Tenente-coronel Nardine, foi perguntado dentro das prerrogativas da ação militar na faixa de fronteira “como sua unidade é empregada”. Ele respondeu que o emprego se efetua na instalação de Postos de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE) com o intuito de impedir a entrada no País de produtos ilícitos. Relata ser uma ação conjunta com órgãos federais e estaduais, tendo em vista que a função do Exército é a segurança. Acrescentou que no que tange ao controle e manutenção da faixa territorial são realizados reconhecimentos e vigilâncias visando o levantamento de dados atualizados da fronteira e da segurança.

Ao analisar a resposta, destaca-se a instalação de Postos de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE) e operações de reconhecimento na prevenção e repressão da ocorrência de ilícitos.

Por sua vez, o então comandante do 9º GAC, Tenente-coronel Couto afirmou que ela é empregada nas operações, sob coordenação da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados, atuando na área de responsabilidade da Brigada ou em áreas definidas pelo Escalão Superior.

Ao analisar esta resposta, observamos a citação da subordinação de sua unidade dentro da estrutura organizacional da Força Terrestre.

O então comandante da 4ª Cia E Cmb Mec, Major Magalhães informou que sua unidade é empregada em ações de controle da faixa fronteira (Ágata, Carcará, Guaicurus, etc.), em apoio à comunidade (cessão de ambulância, combate à dengue, manutenção de vias, etc.).

Fica evidente, na resposta, o destaque às operações em que a organização militar foi empregada e ações de apoio à sociedade civil na região.

Resumidamente, nota-se que as ações e estratégias tomadas pelas organizações militares na região determinam as formas pelas quais suas relações, de controle e poder, manifestam-se territorialmente. Para ampliar e otimizar as ações estratégicas do Exército

Brasileiro, o SISFRON (Sistema de Monitoramento de Fronteiras) tende a contribuir, significativamente, com a atuação das organizações militares no Brasil e na região em estudo.

Ao refletir teoricamente acerca da relação geopolítica-fronteira, bem como a identificação da relação entre o Estado, a organização territorial e a questão fronteiriça na sub-região XX do Arco Central da Faixa de Fronteira, chegamos a algumas conclusões: o quanto são fundamentais o papel e a atuação do Estado na organização do território por meio de medidas institucionais e de planejamento; a urgência do estabelecimento de uma legislação fronteiriça única entre os países limítrofes; a visível acomodação do Poder Público, em todos os níveis, em relação à prestação de serviços de sua responsabilidade delegados às Forças Armadas como missões subsidiárias; a importância para o Exército de apoiar a sociedade civil, visando legitimação à sua atuação; o SISFRON enquanto mitigador da vulnerabilidade fronteiriça e possibilidade de autonomia da base industrial de defesa nacional; a importância de ferramentas e processos que possibilitem informações confiáveis para a tomada de decisão, tendo em vista a enxurrada informacional característica da globalização sempre crescente em todo o mundo.

É por isto que serão apresentadas as possibilidades advindas pelo SISFRON, diante de um cenário no qual o Poder Público, tem deixado a desejar em sua atuação no recorte espacial em estudo. Isto é importante para, de um lado, apresentar novas estratégias assumidas diante da questão fronteiriça no país e, de outro, refletir acerca das novas nuances da territorialização das organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira.

7. CAPÍTULO VII- O SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

No segundo semestre de 2012 foi assinado o contrato do Projeto Piloto do SISFRON na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados-MS. Esta Grande Unidade é subordinada ao Comando Militar do Oeste e tem a maioria de suas Unidades desdobradas na faixa fronteira, dentre elas os aquartelamentos da sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira.

O Projeto Piloto objetiva avaliar, reajustar e refinar as definições preliminares do Sistema, possibilitando sua implantação, de forma efetiva e adequada, no restante do País. Em um segundo momento, o SISFRON será implementado na fronteira amazônica brasileira, o que implicará em estudos específicos e possíveis evoluções, além de adequações às características do ambiente operacional.

7.1- O que é o SISFRON?

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um sistema de sensoriamento, apoio à decisão e apoio à atuação integrada, com a finalidade de fortalecer a presença do Estado na faixa de fronteira, incluindo sistemas de Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento, estando o processo de implantação sob a responsabilidade do Exército Brasileiro (BARBOSA, 2014, p. 8).

O SISFRON é uma ferramenta indispensável, uma política pública a ser implementada na busca por uma fronteira segura e sustentável. É um aliado no combate às vulnerabilidades, impactando também no cenário de cooperação regional. Diante da impossibilidade de manter tropas presentes, continuamente, nas áreas mais distantes e sensíveis de um território, a saída é que a vigilância ocorra, ao menos remotamente.

O SISFRON é desenvolvido por meio do consórcio TEPRO. Este reúne, SAVIS TECNOLOGIA e SISTEMAS S/A e ORBISAT INDÚSTRIA e AEROLEVANTAMENTO S/A, todas sob o controle da EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA. Esta é gerida pelo Ministério da Defesa.

Diante da participação dos aquartelamentos presentes na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, a seguir, serão analisadas as impressões dos comandantes destas organizações militares acerca do sistema em questão.

7.2- O SISFRON para os comandantes das organizações militares da sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira

Ao então comandante do 10º R C Mec, Tenente-coronel Nardine foi perguntado sobre o que seria o SISFRON e qual a sua importância estratégica. Ele respondeu que o “Sistema de Monitoramento de Fronteiras é um conjunto integrado de recursos tecnológicos que irá reduzir possíveis vulnerabilidades na região fronteira. Sua importância estratégica é dada pela maior presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira, implicando, assim, na redução de crimes e no aumento de capacitação, da sustentabilidade e da autonomia da base industrial de defesa do país.”

Na análise da transcrição acima, percebemos como ideias centrais a implementação do sistema enquanto oportunidade de mitigação da vulnerabilidade fronteira e como possibilidade da autonomia produtiva da base industrial de defesa do país.

O então comandante do 9º GAC, Tenente-coronel Couto ao receber o mesmo questionamento contou breve histórico do surgimento do sistema. Em seguida declarou que “o SISFRON deverá, além de incrementar a capacidade de monitorar as áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais que regem o assunto, em operações isoladas ou em conjunto com as outras Forças Armadas ou, ainda, em operações interagências, com outros órgãos governamentais”.

Disse também que a “importância estratégica se dá em ser colimado com o Plano Estratégico estabelecido pelo Governo Federal em 2011, particularmente no que diz respeito à implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira e à atuação integrada dos órgãos de segurança pública e das Forças Armadas, bem como de outras agências governamentais”.

Aqui evidenciam-se a importância da obtenção de informações confiáveis para a tomada de decisão e o alinhamento do projeto com o Plano Estratégico do Governo Federal.

O Major Magalhães, então comandante da 4ª Cia E Cmb Mec, ainda acerca do que é o sistema e sua importância estratégica, explicou que o sistema “é formado por uma rede de antenas com uma infovia por toda a faixa de fronteira. É capacitado para dar uma situação real e imediata para os diversos níveis de comando envolvidos, facilitando a interação dos meios, a decisão e a consciência situacional do Comando”.

Observamos mais uma vez a importância do fator informação na tomada de decisão proporcionada por este sistema inovador.

Chegamos aqui com alguns pontos a destacar acerca das visões dos comandantes. O SISFRON enquanto oportunidade de mitigar a vulnerabilidade fronteiriça e como possibilidade da autonomia produtiva da base industrial de defesa do país.

É consenso o alto nível de porosidade da fronteira oeste brasileira, sendo indispensável a cooperação entre os países limítrofes. Tal iniciativa conjunta, engloba não somente aspectos preventivos e repressivos contra práticas delituosas, mas também medidas nas searas econômica e social, sendo inclusive objetivos subsidiários da implantação do sistema.

Denomina-se Base Industrial de Defesa (BID) o conjunto das empresas estatais ou privadas que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa – bens e serviços que, por suas peculiaridades, possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do país (fonte: <http://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa>). A autonomia nesse setor é um aspecto importante para uma Nação que deseja ser reconhecida como uma potência mundial, já tendo manifestado interesse em obter uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Também se ressalta a importância de um sistema confiável de obtenção de informações para proporcionar tomadas de decisão e o alinhamento do projeto com o Plano Estratégico do Governo Federal.

A distância entre o ponto de tomada de decisão e a ponta da linha, é um obstáculo considerável, tornando-se fundamental o aprimoramento do canal de comunicação entre os extremos, além de uma maior disponibilidade do alto escalão em obter as impressões de quem faz cumprir as ordens emanadas.

Quanto ao alinhamento do projeto com a Estratégia governamental é algo que deveria ser inerente ao processo, mas impossibilitado pela cultura brasileira de não continuidade nas políticas públicas, interrompidas e modificadas a cada mudança de grupo político no controle da máquina administrativa. Além disto, buscar uma gestão mais gerencial, combatendo o *modus operandi* patrimonialista, algo histórico na Administração Pública, é urgente.

7.3- SISFRON: cooperação e estabilidade

O Brasil está em paz com seus vizinhos há mais de um século, não havendo indícios da modificação dessa situação no futuro presumível. As ameaças que se apresentam em seu entorno estratégico são de outra natureza,

principalmente aquelas ligadas aos ilícitos transfronteiriços(...). Em paralelo, o Estado brasileiro busca superar suas vulnerabilidades – estas entendidas como obstáculos ou desafios –, oriundas dos campos externo e interno. Concomitantemente, procura intensificar a cooperação com os países sul-americanos, sendo de seu interesse a estabilidade regional (BARBOSA, 2014, p. 8).

Este sistema pode ser o ponto de partida para a construção de uma integração regional sustentável, que combata o ilícito transfronteiriço proporcionando o progresso e vice-versa. Este combate seria útil a todas as esferas da Segurança Pública: com um controle fronteiriço mais eficaz, a entrada de armamentos, munições, entorpecentes, entre outros materiais de interesse ao crime organizado, tende a cair bastante. É uma via de mão dupla, pois da mesma forma que tornando uma porção do território mais segura, as relações comerciais tornar-se-ão mais intensas, o panorama econômico mais favorável resultará em um maior nível geral de renda e consequentemente a prática delituosa se tornará menos atrativa.

O SISFRON pode e deve ser esta ferramenta integradora, fazendo com que todos os Estados limítrofes colaborem para que somando forças, seja preenchido o vácuo de poder estatal até então ocupado pelo crime organizado. O Brasil enquanto potência regional deve liderar este processo a partir desta magnífica ferramenta. Apesar de toda a restrição orçamentária vivida pelo Governo Federal, deve-se privilegiar o andamento regular da implantação do sistema, pelo seu impacto altamente positivo para o país, tanto a nível interno enquanto externo. A sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira certamente colherá bons frutos com o sucesso do projeto, tendo sempre em vista que a plena e efetiva segurança territorial e um ambiente econômico saudável andam juntos, não havendo como dissociá-los enquanto pilares de uma sociedade equilibrada.

7.4. A restrição orçamentária chega ao SISFRON

Outra reportagem do site *Campo Grande News* aborda a questão orçamentária do projeto SISFRON (<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/corte-de-verba-atinge-sisfron-e-afasta-chance-de-exercito-policia-frontend>).

Enquanto o governo manda tropas federais para o Rio de Janeiro, com gasto de R\$ 1 milhão por dia, as fronteiras continuam escancaradas e controladas pelo crime organizado. Na avaliação de um general ouvido pelo “Estadão”, cortar recursos do SISFRON e gastar em deslocamentos não ajuda a solucionar a violência.

Realmente, o caos na Segurança Pública é consequência direta da livre entrada de armamentos e entorpecentes (fatores de enfrentamento do Estado e financiamento do crime organizado, respectivamente).

A atuação das Forças Armadas nos grandes centros só tem efetividade somada a uma vigilância efetiva das fronteiras, o que cada vez mais é uma realidade mais distante, configurando em uma solução temporária. Com a saída das tropas, retorna o *status quo* anterior.

[A segurança nas fronteiras] fica comprometida”, afirmou Villas Bôas, ao anunciar redução das operações de fronteira por falta de combustível e outros insumos.

Diante de uma realidade social cada vez mais complexa, as altas taxas de desemprego, o crime, cada vez mais organizado, torna-se soberano em partes do território que o Poder Público, em todos os níveis, perdeu o controle e está longe de o retomar.

7.5. Exército admite atraso no SISFRON, mas anuncia expansão para Mato Grosso e Paraná

Ao Campo Grande News, o chefe do Centro de Coordenação de Operações do CMO (Comando Militar do Oeste), general Eduardo Paiva Maurmann, disse que atualmente o Exército trabalha para corrigir erros referentes a equipamentos desenvolvidos pela indústria nacional. “Neste ano a gente termina as diversas áreas de validação e integração da parte de comunicações e satelital (<https://www.campograndenews.com.br/cidades/exercito-admite-atraso-no-sisfron-mas-anuncia-expansao-para-mt-e-parana>).

Aqui é colocado uma questão importante: a assimilação da tecnologia e adaptação da estrutura operacional e da doutrina militar para uma utilização efetiva do sistema. Como tudo que é inovador, enfrenta uma etapa de tentativa e erro, até que se compreenda integralmente e hajam retificações e ratificações necessárias.

Segundo ele, o SISFRON não é um sistema simples e existem melhorias a serem feitas em radares. “Na segunda fase, já experimentamos o material no Pantanal do Mato Grosso e será ampliado ao Comando do Paraná, no lago de Itaipu. Pretendemos fechar o arco sul e oeste”. O oficial disse que no início de fevereiro deste ano (2018) haverá uma reunião para discutir a expansão.

Já se tem em vista a segunda fase do projeto a expansão para o Pantanal mato-grossense e no Lago de Itaipu, dois importantes ativos naturais: o primeiro pela biodiversidade e o segundo pelo potencial hidrelétrico.

Sobre o atraso na implantação do sistema – o projeto-piloto recebeu só metade da verba prevista inicialmente e a conclusão estipulada para 2016 só deve ocorrer em 2018 – o general Maurmann disse que “anda na velocidade do que é possível”, tanto de recursos quanto de desenvolvimento. “Assimilar tecnologia não é tão rápido como comprar e ficar na dependência” [dos estrangeiros].

Este ponto é um diferencial do projeto SISFRON: o desenvolvimento de tecnologia no âmbito nacional. O mais comum é a aquisição direta da tecnologia. E quando isto acontece, existe todo um período de assimilação, adaptação, capacitação dos recursos humanos. Naturalmente, serão maiores as dificuldades da implementação por ser algo inédito, desenvolvido sem a referência de um projeto já estabelecido.

Neste trecho também se destaca o fato da restrição orçamentária. Ela dificulta o cumprimento dos organogramas iniciais e a eficiência na implementação do SISFRON. O contingenciamento de recursos muitas vezes provoca improvisos, o que também é um complicador na concretização do projeto.

Quanto à crítica à falta de integração, o oficial rebate.

Para o general Maurman, no entanto, a integração com as forças de segurança ocorre principalmente na área de inteligência. “Temos dez pelotões especiais e esses dados são repassados para a Polícia Federal, Receita Federal e Polícia Militar. Já está funcionando”.

Logicamente ainda está longe do ideal, mas o compartilhamento de informações interagências começa a ser realidade, tendo ainda um grande potencial a ser explorado.

O General Maurman acrescenta que

O SISFRON conta com recurso e efetivo de 44 militares dedicados a operações para levantamento de inteligência, interação com as comunidades, estabelecer postos de bloqueio e passar informações para que a gente opere ou os outros órgãos.

Verifica-se esta intenção supracitada de compartilhamento de informações. Esta iniciativa é positiva e permite um combate mais eficiente e a otimização dos gastos com a repressão à criminalidade transfronteiriça.

Sobre a comunicação via rádio, o oficial do Exército disse que o sistema que faz parte do SISFRON não é usado porque o governo de Mato Grosso do Sul decidiu adotar outro sistema, o “TETRA”, da Polícia Rodoviária Federal. “Mas não existe impedimento de integração. Não temos todas as antenas

funcionando, mas elas permitem maior integração e isso independe do SISFRON.

Acima, o mesmo oficial coloca que não há por parte da Força Terrestre qualquer tipo de restrição. Mais ainda, que há a possibilidade de integração, mesmo que utilizando sistemas diferentes. Dá a entender que falta uma melhor gestão do relacionamento entre as instituições e o Exército para uma sinergia nesta questão.

O novo Sistema de Radiocomunicação Digital, formado por 22 antenas já instaladas na região de fronteira, interligando 1.466 rádios portáteis, móveis e fixos da Secretaria de Segurança Pública, foi ativado no dia 11 de dezembro. Dos R\$ 20,7 milhões previstos, R\$ 13 milhões já foram aplicados pelo Estado.

Por fim, o General procura neste trecho passar uma perspectiva abrangente da implantação do projeto, colocando dados interessantes sobre a integração de dispositivos de comunicação da Secretaria de Segurança Pública e do andamento da aplicação dos recursos disponibilizados.

Até aqui podemos pontuar o seguinte: é evidente que o projeto apresenta muitas lacunas que precisam ser preenchidas. Existem muitas arestas na parte logística que prejudicam uma implementação mais linear do projeto. É perceptível também que neste caso e em muitas outras questões públicas das nas quais o Exército se faz presente, coloca-se de forma irresponsável e sem uma mínima verificação de veracidade, como sua culpa exclusivamente, com intencionalidade de desacreditar a instituição perante a opinião pública.

Por diversas vezes a mídia apresenta situações para a sociedade toda a problemática de forma parcial e tendenciosa, como se o Exército estivesse desperdiçando recursos com um projeto sem utilidade, descartável. Se tal fato fosse realidade, certamente o Tribunal de Contas em sua prerrogativa da fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial da Administração Pública já teria se manifestado a respeito durante as várias prestações de contas realizadas desde o princípio do SISFRON.

FREYRE (1949, apud HAYES, 1991, p.7-8, passim) em uma análise que permanece atual, faz uma reflexão interessante neste sentido:

Mas como somos um povo acomodaticio, ao invés de organizar-nos logo nos resignamos a nossa humilhante e pobre organização civil, religiosa e cultural; e contra essa desorganização, passiva e perigosamente, deixamos que o Exército encontre soluções, queixando-nos o tempo todo do militarismo...nosso Exército obedece não apenas ao imperativo de segurança

da Pátria, no sentido da defesa armada, mas igualmente na defesa social e espiritual, na preservação de nosso território e nossas riquezas, como também de nosso precioso legado...Na tendência de equilíbrio de antagonismos, em minha opinião uma característica da formação do Brasil, como foi de Portugal, o Exército tem quase sempre representado uma força coordenadora de contradições entre nós. O Brasil deve a seus militares o trabalho de pacificação política e de administração civil...Sem senso de responsabilidade e preservação da disciplina não há exército nem nação...O

Exército é uma força organizada no meio de muita desorganização

Historicamente, a sociedade brasileira entrega nas mãos do Exército Brasileiro a responsabilidade pela solução dos problemas mais variados. A defesa da integridade do território nacional é prerrogativa da Força Terrestre. Porém, mais do que nunca, faz-se importante a cooperação com as mais variadas instituições.

Da mesma forma que o Exército é chamado a contribuir com a Segurança Pública nos grandes centros, como ocorre na intervenção federal, atualmente, no Rio de Janeiro, toda a sociedade civil organizada deve contribuir para a segurança fronteira e pública. A segunda é reflexo imediato da primeira.

Infelizmente, tendemos a nos queixar das Forças Armadas, por acharmos que a sua rígida organização interna dará conta de nossa desorganização social. É fato que o projeto SISFRON apresenta muitas falhas na execução, deixando a desejar em muitos pontos.

No entanto, a restrição orçamentária é um fator complicador, determinante para o atraso da execução do sistema. Somados a isto, temos o ineditismo e a inovação, que num país de pouca expressão no desenvolvimento de novas tecnologias, acaba não sendo compreendido pela opinião pública.

Sendo assim, torna-se ambiente propício para o surgimento de declarações injustas e oportunistas, que tratam de forma simplória questões profundas e de soluções complexas.

8. CAPÍTULO VIII - AS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA VISÃO DOS MORADORES DE JARDIM, NIOAQUE, E BELA VISTA

Para compreender a visão dos moradores em relação a presença de organizações militares nas cidades, foram entrevistadas 72 pessoas em Jardim, 87 pessoas em Nioaque e 71 pessoas em Bela Vista. A entrevista semiestruturada teve por intuito de contribuir para a análise que vem sendo desenvolvida, apresentando a percepção que os moradores têm dessas organizações militares em suas cidades.

8.1- Perfil dos entrevistados

Inicialmente é importante destacar o perfil dos entrevistados o que auxilia no entendimento das características da população das cidades. Não se buscou aqui direcionar o perfil de quem responderia ao questionário. Pelo contrário, foi buscado o perfil mais diversificado possível, para que se chegasse o mais próximo da realidade. No gráfico 1, são apresentados os sexos dos entrevistados. Nota-se que apenas em Jardim a maioria dos entrevistados é do sexo masculino (54%).

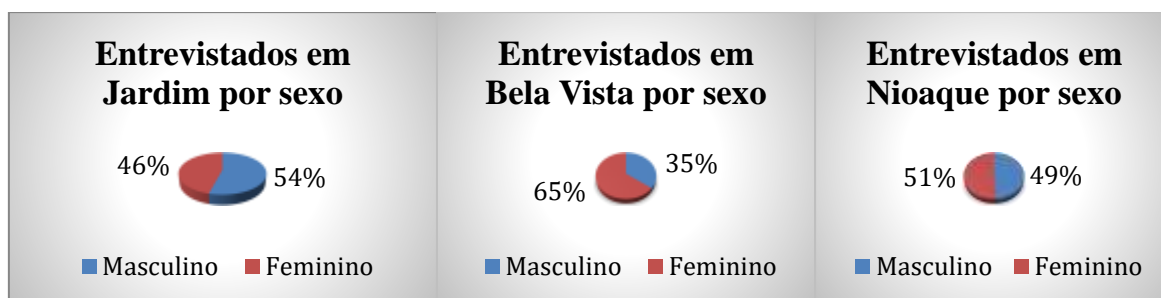


Gráfico 1: Sexo dos entrevistados

Fonte: Do Autor

Outro dado importante é a faixa etária. Indivíduos de diferentes idades podem apresentar percepções diferentes em relação a presença do Exército nas cidades, bem como podem possuir relações diferenciadas com tais organizações. No gráfico 2, são registradas as faixas etárias da população entrevistada. A faixa etária predominante é aquela até 23 anos de idade. Nas três cidades o grupo etário acima de 43 anos obteve destaque no total de entrevistados.

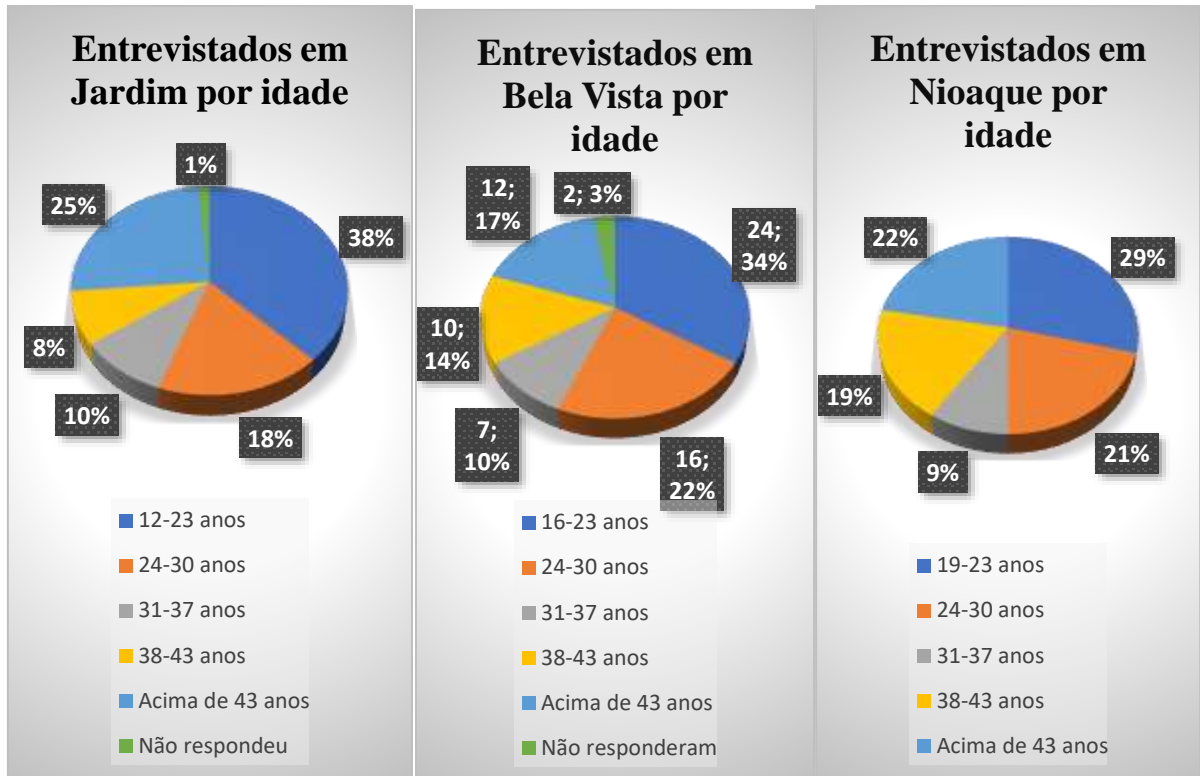


Gráfico 2: Faixa Etária dos entrevistados

Fonte: Do Autor

No tocante à escolaridade, podemos verificar o nível de instrução da população, que impacta diretamente na qualidade de vida da população. Em Jardim, 33% possui Ensino Fundamental incompleto, 24% tem Ensino Médio (gráfico 3). Um claro retrato de uma cultura local onde o Ensino Médio é o limite à formação intelectual. A parcela significativa de pessoas com ensino Fundamental Incompleto se deve ao fato de 12 entrevistados nestas condições estão cursando ainda, são menores de idade.

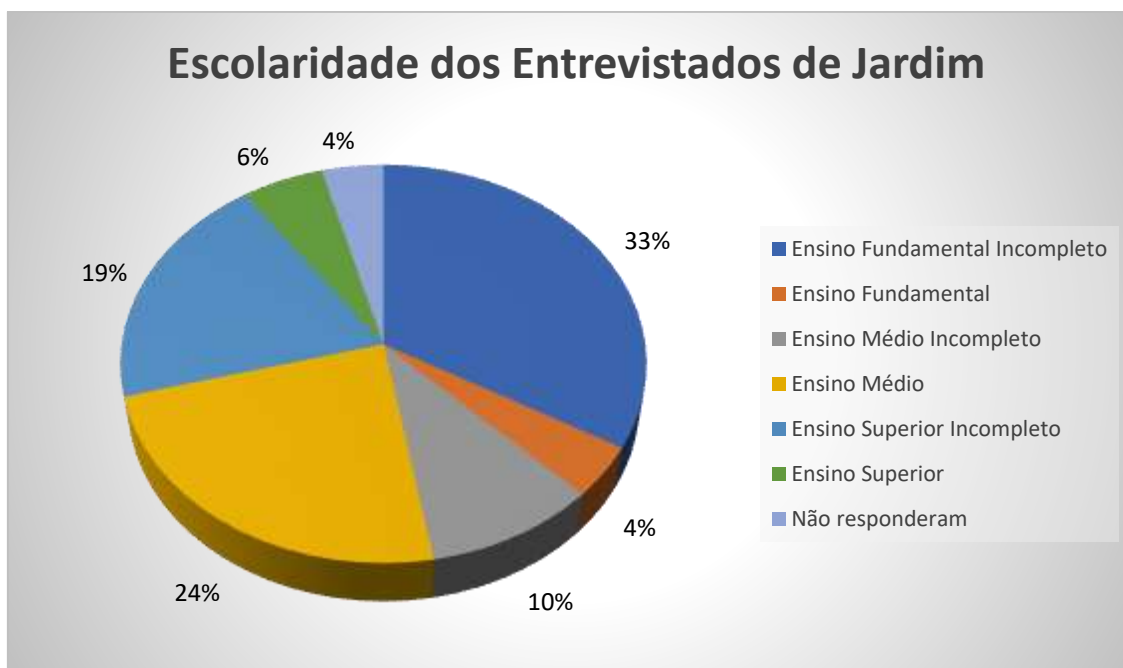


Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados de Jardim
Fonte: Do Autor

Em Nioaque, 43% possui Ensino Médio, 33% possui Ensino Superior (gráfico 4). Mais do que as outras cidades, mostra que o limite de formação na região é em geral o Ensino Médio. Pouco mais de 1/3 dos entrevistados com nível superior, o maior contingente entre as três cidades pesquisadas.



Gráfico 4: Escolaridade dos entrevistados de Nioaque
Fonte: Do Autor

Em Bela Vista, 41% possui Ensino Médio, 22% possui Ensino Superior, 21% possui

Ensino Superior Incompleto (gráfico 5).

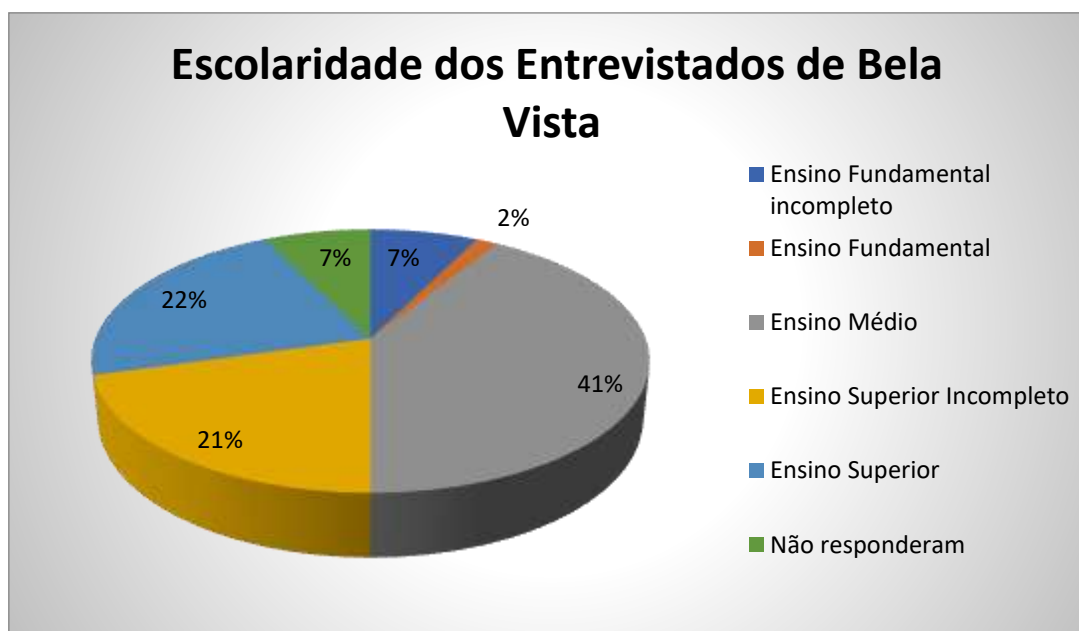


Gráfico 5: Escolaridade dos entrevistados de Bela Vista

Fonte: Do Autor

Em comparação a Jardim, observamos um maior nível intelectual, com maior percentual de pessoas com o Ensino Médio, e 43% de pessoas ou cursando o Ensino Superior ou já formadas. Um fator facilitador deste panorama é a proximidade com o Paraguai, onde existe oferta de cursos de instituições privadas de forte apelo, com destaque para medicina, a preços razoáveis devido à desvalorização da moeda paraguaia em relação ao real.

A ocupação é um fator também a ser considerado, relacionado diretamente com o nível de instrução da população e os postos de trabalho disponíveis. Em Jardim, 28% são estudantes, 7% são pedreiros.

As maiores parcelas apresentadas revelam o fenômeno da “fuga de cérebros” para maiores centros como Dourados e Campo Grande. Em geral as pessoas se mantêm enquanto estudantes e migram em busca de maiores oportunidades. Os que não possuem esta possibilidade, mantêm-se na cidade tendo que encarar ofícios no setor de comércio e serviços, majoritariamente pouco valorizados e mal pagos, sobretudo com o exército de reserva formado a partir do desemprego crescente.

Em Nioaque, 20% são funcionários públicos, 13% são estudantes, 11% são professores e outros 11% são vendedores. Aqui se confirma ser uma tendência regional o predomínio dos ofícios ou no setor público ou no de comércio e serviços, com os estudantes se dirigindo para grandes centros em busca de maiores oportunidades.

Em Bela Vista, 15% são professores, 14% são estudantes. A grande parcela de estudantes e professores mostra que assim como Jardim, a escola retém os munícipes enquanto jovens, sendo um importante posto de oferta de empregos. O efetivo de 10% de domésticas e demais ofícios do setor de comércio/serviços mostra, assim como na cidade vizinha, considerável êxodo de mão de obra qualificada.

Quanto à renda, trata-se de fruto direto da escolaridade e da ocupação. É a força motriz de qualquer economia, e influencia diretamente na qualidade de vida das pessoas. O gráfico 6 registra as informações obtidas nos três municípios estudados.

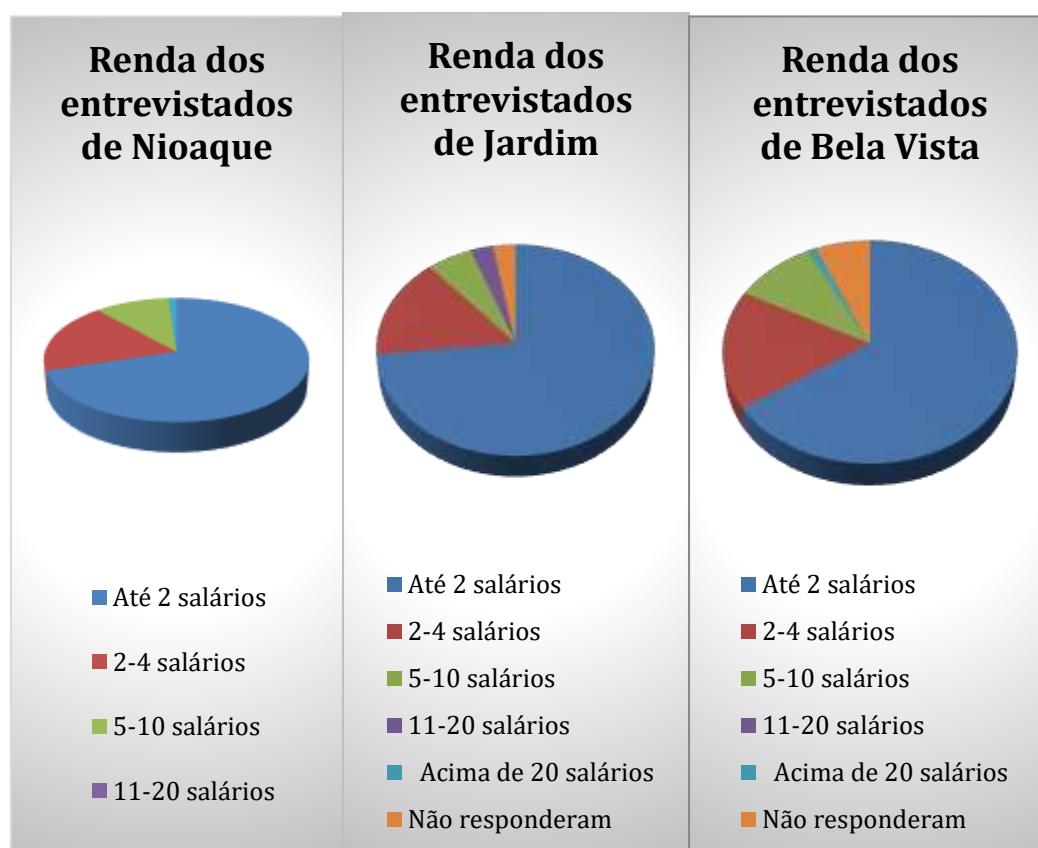


Gráfico 6: Renda dos entrevistados de Nioaque, Jardim e Bela Vista

Fonte: Do Autor

Em Jardim, 73% recebem até 2 salários, 15% recebem entre 2 e 4 salários. O número de pessoas recebendo até 2 salários mínimos, denota a condição de grave vulnerabilidade social do município. Este quadro demonstra o quanto é difícil uma maior mobilidade social na cidade, a condição de carência acaba muitas vezes submetendo a população aos “coronéis”, famílias tradicionais do agronegócio ou do setor de comércio/serviços que juntamente com a prefeitura e o quartel do Exército, são os maiores empregadores. Em decorrência de seu poderio econômico, esta elite domina as questões políticas na cidade.

Em Nioaque, 70% recebem até 2 salários, 18% recebem de 2 a 4 salários. A

fragilidade socioeconômica também se comprova aqui como uma tendência regional. A difícil mobilidade social e a concentração de renda esmagam a massa populacional.

Em Bela Vista, 66% recebem até 2 salários, 17% recebem de 2 a 4 salários. Da mesma forma que Jardim, a maior parcela da população recebe até 2 salários mínimos, apresentando semelhante quadro de vulnerabilidade econômica, social e domínio político de famílias tradicionais.

8.2- Vínculo com o Exército

Analisar se existe vínculo entre o entrevistado e o Exército é fundamental para interpretar as respostas dadas nas entrevistas. Trata-se de um importante empregador na região, tendo considerável efetivo servindo ou já tendo servido em algum período da vida. O gráfico 7 traz informações a respeito.



Gráfico 7: Vínculo dos entrevistados com exército em Jardim, Nioaque e Bela Vista, respectivamente
Fonte: Do Autor

Em relação ao vínculo com o Exército, em Jardim, 82% das pessoas entrevistadas o possuem, e 3% não responderam. Mostra que se buscou na pesquisa a opinião de pessoas de fora dos quartéis para se ter uma visão o mais próximo da realidade da média da população.

Em Nioaque, 79% dos entrevistados não possui vínculo com o Exército. É uma orientação de toda a pesquisa se buscar uma visão majoritariamente de pessoas sem qualquer relação com a caserna.

Em Bela Vista, 77% dos entrevistados não possui vínculo com o Exército. Da mesma forma, se buscou predominantemente a visão do público externo.

Quanto ao tipo de vínculo, dos entrevistados em Jardim, dos 15% que o tem, 40% tem parente militar e outros 40% prestou serviço militar obrigatório. Dos entrevistados que possuem vínculo, 80% ou já serviu ao Exército, ou são militares da ativa, dando uma representatividade mínima ao público interno atual e a quem já esteve dentro do ambiente castrense e hoje enxerga a instituição de fora.

Em Nioaque, do total dos 23% dos entrevistados que possuem vínculo, 73% são parentes de militar.

Em Bela Vista, metade dos que possuem vínculos com o Exército são parentes de militares, e isto abre importante perspectiva.

Esta presença majoritária dos familiares abre espaço para uma visão peculiar, um meio

termo entre o olhar de alguém que é militar e alguém que não possui qualquer contato. A família é a principal testemunha da rotina dos militares, um ponto de vista muitas vezes esquecido.

8.3- Imagem do Exército

Para identificar a visão que os entrevistados têm das organizações militares, solicitou-se para que os mesmos informassem a primeira palavra que vem à mente quando ouvem falar sobre o Exército. O conjunto de palavras indicadas pelos entrevistados pôde ser agrupado em tipologias: Agente político; Organização interna; Agente social; Visão patriótica; e outros.

Em Jardim, verificamos que 43% dos entrevistados apresentam uma visão centrada na tipologia de agente político, desempenhada pela Força Terrestre com destaque para as ideias de proteção e de segurança, com oito citações cada. Estes termos remetem a uma das ideias mais antigas em relação ao Estado: o monopólio do uso da força. Esta é o último recurso para a imposição da vontade do ente estatal, uma vez que este é o mediador das relações de poder desenvolvidas no território.

Em seguida, temos a visão centrada na organização interna (21%), com destaque absoluto para a ideia de disciplina, com oito citações denotando a instituição enquanto referência neste quesito. A visão patriótica é destaque na resposta de 10%, que indicaram que pensar em Exército remete à ideia de patriotismo, guerra, coragem, heróis. Por fim, vale destacar que a visão do Exército como agente social foi destaque apenas 2% da população entrevistada.

Em Bela Vista, 38% dos entrevistados destacam também a ação política. Segurança (com nove citações) e proteção (com oito citações), compartilhando, quase que de forma idêntica a mesma referência em relação ao Exército. Em seguida, verificamos que 31% dos entrevistados apresentaram uma visão centrada na organização interna, com destaque para a ideia de ordem, com 5 citações. Esta, por sua vez, pode ser considerada como sinônimo da disciplina, termo que dentro do mesmo quesito, foi a mais citada em Jardim. Na cidade fronteira a visão do Exército como agente social foi indicada apenas por 10%, sendo que duas das entrevistadas citaram o fato de possibilitar “arrumar um esposo”. Dos demais, vale destaque para os que indicaram a geração de emprego, a prestação de serviços à sociedade e o trabalho voluntário desempenhado.

Em Nioaque, a visão do Exército enquanto agente político, é a que mais aparece com 49% dos entrevistados, com destaque também para a segurança (9 citações), a bravura (6 citações) e a coragem (5 citações). Estas duas últimas ideias podem ser encaradas como

sinônimas. Em seguida, com 41% dos entrevistados, temos a organização interna, destacando a disciplina, a ordem e o respeito, com 10, 7 e 6 citações, respectivamente. As duas primeiras, citadas nos três municípios, podem ser encaradas como sinônimas. Já o terceiro termo reflete a altíssima credibilidade da instituição junto à sociedade, reiterado em sucessivas pesquisas, algo amplamente divulgado pela mídia. O patriotismo também apareceu, com 2% dos entrevistados, citando o “amor à Pátria” e “cidadania e patriotismo”.

8.4- Importância do Exército

Para análise da visão da importância que o Exército assume nas cidades, foi questionado aos entrevistados: “Qual é a importância da presença do Exército na sua cidade?”. Como se tratam de respostas abertas, para análise foram identificados nas respostas: as palavras, os termos e as expressões que remetessem à questão posta. As respostas puderam ser agrupadas de forma diferenciada, tendo em comum nos três municípios a repressão ao crime, o apoio à comunidade e como agente econômico.

Gostaria de ressaltar que a visão dos entrevistados não necessariamente reflete as atribuições constitucionais do Exército, ou mesmo pode não corresponder à realidade. Apenas procuro aqui retratar fielmente as respostas dadas para a análise deste trabalho.

Em Jardim, verificamos com 58% o destaque dos entrevistados para a repressão ao crime, sobressaindo com 17 citações o fator segurança. Além das funções no que tange à defesa da Pátria (defesa externa), neste século o Exército tem crescido exponencialmente sua colaboração ao sistema de segurança pública, função subsidiária, sob a alcunha de operações de garantia de lei e da ordem (GLO). Em seguida, com 17% temos o apoio prestado à comunidade, com protagonismo das obras, citadas 5 vezes. Vale pontuar aqui todo o histórico da CER-3, predecessora da atual unidade do Exército e responsável pela construção de toda infraestrutura básica não só do município, mas da malha rodoviária do atual sudoeste do Mato Grosso do Sul. Esta memória é presente na consciência dos munícipes, traço marcante em sua identidade. Atualmente, os militares cooperam pontualmente na recuperação de vias, instalação de pontes provisórias em apoio às populações isoladas pelas enchentes além de ter atuado na reforma do hospital municipal há cerca de três anos. A importância como agente econômico foi destaque em 11% dos entrevistados, com destaque especial para geração de renda e emprego para população local.

Em Bela Vista verificamos também o maior destaque na questão da repressão ao crime (27% dos entrevistados), com destaque para a segurança (4 citações) e o combate à criminalidade (3 citações). Em seguida, com 22%, temos a ação econômica, com o emprego

tendo dez citações. Após a prefeitura, o quartel se torna o grande empregador direta e indiretamente (principalmente no setor imobiliário, e de comércio e serviços). O apoio à comunidade foi citado por 15%, indicando a questão da segurança da cidade, prestação de serviços à comunidade, o voluntariado, dentre outros. Vale destacar, ainda, que 12% dos entrevistados disseram que o Exército não apresenta nenhuma importância para a cidade.

Em Nioaque, verificamos que a repressão ao crime é a maior importância atribuída (51% dos entrevistados), ratificando que é uma tendência ser majoritária nos municípios analisados. Destacam-se a segurança e ordem (10 citações) e manter a ordem com 4 citações cada. As duas últimas podem ser entendidas como uma ideia única. Embora Nioaque não se limite com o país vizinho, o fato de estar na Faixa de Fronteira (até 150 km da linha fronteira) ajuda explicar porque mais da metade tenha colocado a repressão ao crime em destaque. Sendo assim, acompanham mais diretamente os dramas provocados pela ação crescente das redes estabelecidas pelo crime organizado diante da ineficiência do Estado em relação a repressão. Tanto que 3% indicaram a atuação na fronteira como principal importância do Exército, com destaque para: desenvolvimento socioeconômico e combate aos delitos transfronteiriços; ação estratégica, pela proximidade da fronteira; e por se tratar de um ponto estratégico.

Em seguida, com 26% dos entrevistados, temos a ação econômica. Fonte de renda e emprego demonstram que num município de pouca expressão econômica, o quartel passa a ser uma importante oferta de postos de trabalho, gerando renda para a cidade, especialmente uma oportunidade para os jovens. O apoio à comunidade foi citado por 15%.

8.5- Tipo de atuação do Exército

Para identificar a visão dos entrevistados em relação a atuação do Exército, foi questionado: “Qual é o tipo de atuação do Exército na cidade?”. As respostas indicaram diferentes formas de ações e atuações na percepção dos moradores das cidades.

Em Jardim, verificamos ser reconhecida a atuação do Exército na participação em atividades cívicas, com 40% das citações dos entrevistados. Muito em função dos desfiles no aniversário da cidade, nos eventos do 7 de setembro, além dos eventos da memória do episódio da Retirada da Laguna, integrante da Guerra da Tríplice Aliança, que ocorre anualmente.

Em seguida, com 25%, temos o apoio à saúde, tanto na remoção de urgência para Campo Grande como no combate às endemias. Este último emprego tem sido recorrente, em

especial, na prevenção aos focos de proliferação de vetores de doenças como a dengue. O apoio à comunidade foi citado por 22% dos entrevistados, indicando o apoio nos casos de desastres provocados por chuvas, na limpeza da cidade e nas obras. Houve, ainda, 11% que destacou o papel fiscalizador do Exército na cidade.

Em Bela Vista, verificamos com 47% dos entrevistados, o Exército enquanto agente fiscal com destaque para o Posto de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), com 13 citações, realizado continuamente nas vias de acesso existentes entre os lados brasileiro e paraguaio. O Posto de Bloqueio e Controle de Estradas é uma das atividades mais utilizadas nas operações de garantia de lei e da ordem (GLO). Visa fiscalizar e controlar o movimento de pessoas e\ou de materiais, realizando a identificação de pessoal, abordagem de suspeitos, prisão e principalmente intensificar a “operação presença” das forças legais em áreas de risco.

Em segundo lugar, para 25% dos entrevistados, aparece a ação humanitária, sobretudo no apoio às comunidades ribeirinhas por ocasião das cheias do Rio Apa. É um trabalho muito valorizado pela população, uma vez que estas pessoas são mais vulneráveis socialmente e acabam por se concentrar em áreas de risco. Ainda foram citados a ação repressiva (8%) e apoio à saúde (2%). No primeiro caso, destacaram-se o combate ao tráfico e as operações realizadas na fronteira. No segundo, o apoio na área de saúde, especialmente durante eventos de calamidade pública.

Em Nioaque, verificamos com 51%, o prevailecimento da importância da presença da Força no que tange a segurança pública. Destacaram-se o termo segurança (10 citações), organização (7 citações) e ordem (4 citações). Mesmo que neste município a participação do Exército seja mínima, podemos entender este percentual no ideário da sensação de segurança. O simples fato de haver um quartel do Exército faz com que a população se sinta mais segura, ainda que não haja nenhuma intervenção efetiva da Força neste sentido.

Em seguida, para 26% dos entrevistados, temos a ação econômica realizada pelo Exército. Mais uma vez a renda (4 citações) e o emprego (3 citações) são lembrados diante de um mercado de trabalho altamente disputado e com mão de obra pouco valorizada, pressionado por um crescente exército de reserva. Teve destaque, também, a ação social (15%), destacando o apoio à população e comunidade, de diferentes maneiras.

8.6- Diferentes papéis do Exército junto à sociedade

No capítulo 5 deste TCC, tratou-se do “Estado, a organização territorial das fronteiras e seus desdobramentos”, trabalhando a materialização da geopolítica na fronteira. Foram

destacados diferentes papéis assumidos pelo Exército enquanto braço estatal.

O reconhecimento do Exército como agente fiscal, está registrado no gráfico 8.

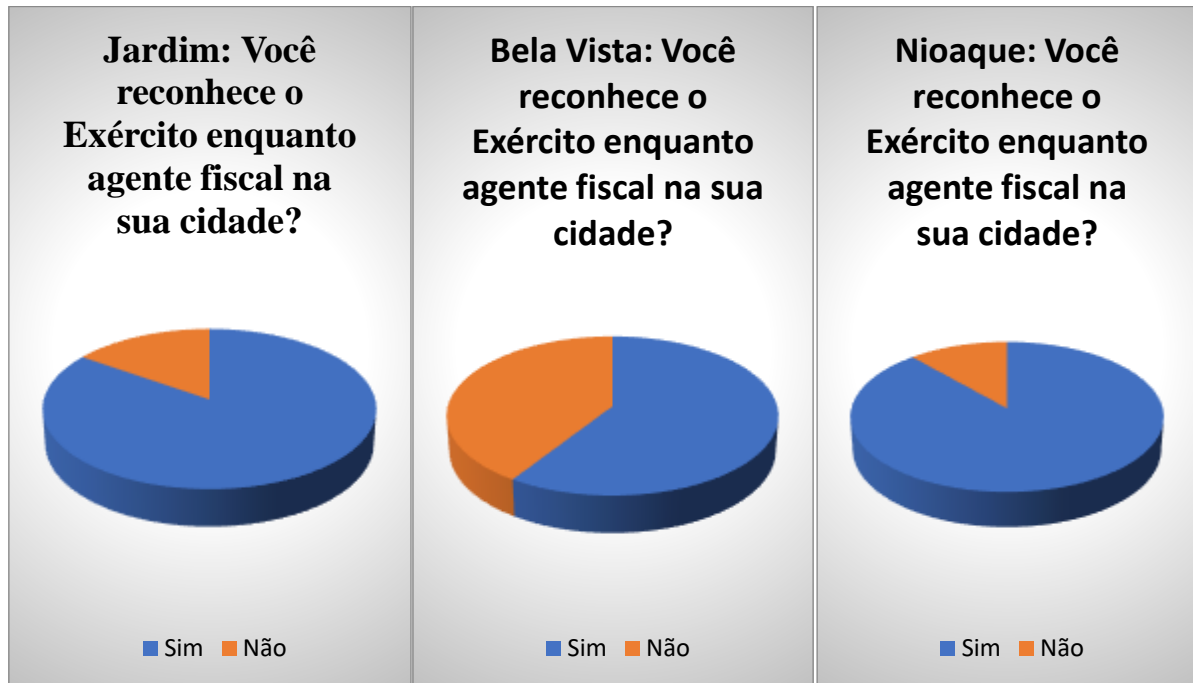


Gráfico 8: Reconhecimento do Exército como agente fiscal em Jardim, Bela Vista e Nioaque

Fonte: Do Autor

Em Jardim, verificamos que 61 pessoas entrevistadas (85%) reconhecem este papel de fiscalização e o controle exercido pelo Exército. Apenas 11 pessoas (15%) não vislumbram este papel. A cidade é um entreposto de diversas rotas de caminhoneiros além de integrar rotas de contrabando de entorpecentes, armamentos, remédios, etc. Sendo assim, entendem que a presença do Exército e suas operações ostensivas e veladas, como fatores de inibição de ilícitos.

Em Bela Vista, verificamos que uma maioria de 59% também reconhece a ação fiscal. Estando na fronteira efetivamente, a ação do Exército isolada ou combinada com outros órgãos de segurança é rotina para a população local.

Em Nioaque, verificamos o maior índice neste quesito: 89% enxergam a Força enquanto agente fiscal da cidade. A legalidade está impregnada no imaginário da sociedade local, impactando positivamente na receptividade local à atuação castrense.

O reconhecimento do Exército como apoiador da saúde, está registrado no gráfico 9.



Gráfico 9: Reconhecimento do Exército como apoiador da saúde em Jardim, Bela Vista e Nioaque
Fonte: Do Autor

Em Jardim, no que tange o apoio à saúde, temos 68% dos entrevistados reconhecendo a ação castrense nesta seara. Como já citado, o apoio diuturno no transporte de urgência e reformas realizadas no Hospital Municipal contribuem para este panorama.

Neste quesito também, Nioaque apresenta o maior índice das três cidades: 90% reconhece este apoio nas demandas de saúde. O município, como toda região, é muito carente nesta área. As ações cívico-sociais e demais apoios desta espécie junto às reservas indígenas e populações vulneráveis certamente corroboram para esta imagem.

Na seara da saúde, temos 61% dos entrevistados reconhecendo o apoio do Exército. Particularmente em Bela Vista, este reconhecimento está muito ligado ao apoio nas ocasiões de calamidade pública, principalmente as enchentes que assolam a população nos períodos mais chuvosos.

No tocante ao papel de catalisador do desenvolvimento social e econômico regional, 93% dos entrevistados entendem a presença do aquartelamento como fundamental no incremento da condição de vida dos munícipes. Visão totalmente compreensível diante do que já foi tratado aqui.



Gráfico 10: Reconhecimento do Exército como catalisador do desenvolvimento social e econômico em Jardim, Bela Vista e Nioaque
Fonte: Do Autor

O maior índice de toda a pesquisa (98%), obtido em Nioaque, juntamente com o próximo quesito, muito provavelmente por ser dos três municípios o de maior fragilidade econômico-social. A cidade literalmente orbita em torno do quartel, impactando decisivamente no emprego e na renda da população local.

Em Bela Vista, também o Exército é um importante fomentador social e econômico para 69% dos entrevistados. A presença dos militares contribui para um giro de capital mais sólido no município, em uma realidade de poucos postos de trabalho e consequente baixo nível de renda.

Em Jardim, 94% dos entrevistados entendem o Exército como afirmador da identidade nacional. Este sentimento de pertença à Nação tem um total simbolismo na atividade militar: o culto aos Símbolos Nacionais está impregnado na rotina. Nenhuma outra instituição é mais contundente neste sentido.

Empatado como maior índice com o item anterior (98%), o Exército é o vetor da brasilidade em Nioaque. Majoritariamente o Exército está vinculado ao ideário de Nação para os munícipes.

Para 83% dos entrevistados de Bela Vista o Exército remete a este ideário de Nação. Isto é muito significativo com uma cidade gêmea (de Bella Vista Norte), sobretudo diante de toda memória da Guerra da Tríplice Aliança, de todas as feridas abertas até hoje deste evento e das diversas visões acerca dos fatos.

8.7- Imagem da fronteira

O fato de morar na fronteira ou numa Faixa de Fronteira traz percepções diferenciadas à população. A proximidade com o país vizinho traz questões que são interessantes para a análise, tendo em vista que, de um lado, pode gerar uma relação de segurança/insegurança em diversas instâncias da sociedade e, de outro, uma possibilidade de contato e interação com o vizinho.

Inicialmente, é importante destacar a visão de fronteira pelos entrevistados. Para tanto, foi questionado: “Para você, quando ouve sobre a Fronteira, qual palavra vem à sua mente?”.

Jardim, apesar de não se encontrar sobre a linha fronteira, tem a fronteira como uma variável muito importante de suas relações. Para 66%, o crime organizado e sua ação transfronteiriça são marcantes. Destacaram-se os termos: insegurança (8 citações), tráfico (7 citações), drogas (4 citações) e contrabando (4 citações). Em seguida, com 18% temos a ideia de limite/divisão, com destaque para o termo divisão (5 citações). A limitação entre duas soberanias, dois Estados, duas Nações é uma ideia bastante cristalizada entre os entrevistados.

O controle e defesa da soberania nacional aparece com 12% e a diversidade cultural com 3%.

Em Bela Vista, verificamos com 53% o crime organizado, da mesma forma que em Jardim, como a maior lembrança em relação à fronteira. Compreensível, sobretudo, pelos inúmeros eventos decorrentes da ação do narcotráfico e as operações de repressão realizadas pelas forças de segurança. Em segundo lugar, com 15% dos entrevistados a questão da interação transfronteiriça. As relações estreitas mantidas com Bella Vista Norte, no Paraguai, certamente pesam nesta visão fraterna do país vizinho, com inclusive muitas famílias que transcendem a fronteira, com membros em ambos os lados. Aqui a fronteira se torna uma ferramenta de contato e unidade, superando a ideia originária de separação. A presença das Forças Armadas foi citada por 10% dos entrevistados.

Em Nioaque verificamos que para 70% o crime organizado é o mais citado. Para as três cidades, esta é a imagem da fronteira. Tráfico (16 citações) e drogas (7 citações) foram destaques neste quesito. As redes do narcotráfico são fundamentais neste panorama. Em seguida, com 18% temos a ideia de limite/divisão em relação à fronteira. Esta visão é a mais comum, também verificada entre os entrevistados de Jardim, provavelmente devido à distância relativa das cidades em relação à linha fronteira, diferentemente de Bela Vista, onde a interação cultural transfronteiriça é evidente. A relação de segurança/insegurança e o controle da defesa da soberania nacional foram citados, respectivamente, por 12% e 7% dos entrevistados. A diversidade cultural apareceu nas respostas de 4%.

Quando questionados se há algum receio por morar numa região de fronteira, as respostas indicaram que a maioria não possui. Os valores registrados em Jardim, Bela Vista e Nioaque foram, respectivamente, 79%, 87% e 91%.

Entre os que se sentem algum tipo de receio, em Jardim foram citados a violência, o avanço do crime organizado, o risco de confronto entre países e a falta de segurança devido a extensão da fronteira. Em Bela Vista dos que tem receio, foram citados a violência (homicídios, roubos), o tráfico de drogas, a sensação de impunidade e o risco de confronto entre países. Em Nioaque os destaques foram: a falta de segurança, o contrabando, o tráfico e a violência.

Em síntese, diante de todos os dados apresentados por esta pesquisa, observamos que o Exército não é a solução para todos os problemas da população, mas muitas vezes é a mão do Estado que se estende à mesma. A Força Terrestre vem sendo utilizada exaustivamente em suas funções constitucionais subsidiárias, o que é uma ação paliativa, ao invés de ocorrerem investimentos estruturais que façam a atuação castrense ser esporádica, o que seria ideal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada de construção deste trabalho começa na iniciação científica, ainda no 1º ano deste curso, em 2015. Ao longo de toda a iniciação científica, percebeu-se que os aquartelamentos presentes na área de estudo foram determinantes no desenvolvimento do recorte espacial ora analisado. A presença de cada organização militar impõe marcas em toda a trajetória histórica, compondo a identidade do povo ali estabelecido.

No entorno das organizações militares se desenvolveu o perímetro urbano das cidades, assim como a ação militar garantiu, mesmo com limitações, a soberania. O trabalho de responsabilidade social é algo de impacto, pois ao qualificar jovens oriundos de famílias menos favorecidas, permite a possibilidade de ascensão social. Além disto, as Ações Cívico-Sociais levam serviços básicos normalmente indisponíveis às comunidades isoladas, fato muito comum na faixa fronteira. Verificou-se também a prerrogativa de poder de polícia concedidas às Forças Armadas dentro da Faixa de Fronteira, como subsídio no combate aos delitos transfronteiriços.

Percebeu-se como os aquartelamentos analisados no contexto da fronteira são usados pelo Estado: seja nas suas atividades-fim ou subsidiárias cumprem diversos papéis estatais, extrapolando por diversas vezes sua destinação constitucional.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras foi a novidade, sendo um sistema inovador, com importante aplicação para fins de repressão ao crime organizado transfronteiriço, além de eventuais aplicações bélicas. Sua possibilidade de aplicação subsidiária, enquanto mecanismo de integração das Nações lindeiras, é algo indispensável para que a sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira seja além de segura, próspera socialmente e economicamente.

Vários problemas ocorreram quanto à sua implementação: dificuldades operacionais, restrições orçamentárias, falta de integração com demais órgãos de segurança pública, etc. Com isto, a obsolescência do sistema é um risco antes mesmo de ser implantado integralmente.

Diante do quadro de grave insegurança em nossa faixa fronteira urge que sejam descontingenciados os recursos necessários para o pleno funcionamento do SISFRON, a fim de que o combate ao delito transfronteiriço seja feito de forma eficiente. Somado a isto, espera-se que o Ministério da Justiça, que a partir de 2019 tocará o setor de Segurança Pública, construa a cooperação interagências tão decantada como parte da solução para a operacionalização do sistema.

Observando a entrevista com ex-comandantes, verifica-se uma visão legalista e desenvolvimentista em relação ao papel do Exército junto à sociedade. Ao mesmo tempo que se tem a preocupação com o cumprimento das prerrogativas constitucionais, existe a predisposição em auxiliar as necessidades da população ao redor de suas organizações militares.

De modo geral, foi possível compreender e definir a territorialidade construída pelas organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira. É imbricada a relação entre cada quartel e sua cidade, muitas vezes se confundindo ambas as trajetórias.

Este quadro tem gênese no magnífico contexto histórico-geográfico das unidades militares na região, desde a Guerra da Tríplice Aliança, passando pela Revolução Constitucionalista de 1932, a II Guerra Mundial e a construção de infraestrutura pela CER-3.

O Estado é o organizador territorial, tendo as cidades pesquisadas se formado em volta dos quartéis. Por conta desta dependência, é histórico o trabalho de Responsabilidade Social exercido pelo Exército na Faixa de Fronteira, promovendo o bem-estar populacional.

Sendo assim, somados às prerrogativas constitucionais das Forças Armadas, os quartéis assumem diferentes papéis no contexto da fronteira. As entrevistas aplicadas junto à população revelam o reconhecimento desta da ação castrense como relevante no dia-a-dia. A ação política, social, fiscal e econômica, somada à repressão ao crime foram ostensivamente apontadas, mostrando a relevância da presença militar para as cidades pesquisadas.

A territorialização, o processo de construção deste território enquanto brasileiro passa pela presença dos aquartelamentos da faixa fronteira. A categoria de análise territorial é dinâmica e transcende limitações político-administrativas.

Este recorte analisado é fascinante por conta da densa hibridização cultural nos usos e costumes da população, ao passo que majoritariamente enxergam o paraguaio como estrangeiro. Minoritariamente vemos surgir uma visão fraterna em relação ao Paraguai.

Fica evidente que, mais do que isto, é necessária a realização de uma agenda propositiva junto à nação vizinha, com a realização de contínua cooperação e troca de informações. Este é único caminho plausível para a pacificação da fronteira.

Enfim, definir a territorialidade construída pelas organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira foi um desafio prazeroso e de muito aprendizado. A fronteira, enquanto espaço vivido, é dinâmica, em contínua produção de redes de interação cultural.

As fronteiras não são somente territoriais (políticas), mas também culturais. Nem sempre as primeiras acompanham as últimas, e vice-versa. Independentemente de sua natureza a fronteira implica em relações de poder, em soberania: de um Estado, de uma cultura, de uma religião, ou de uma combinação destes. A identidade carrega todo este horizonte de sentido, e na escala da sub-região em questão, isto se torna ainda mais evidente no desdobrar de inúmeras segmentações possíveis de se estabelecer.

A territorialidade é a identidade de um território. No caso em tela, seria um “transterritório”, concebido a partir desta histórica interação transacional, transfronteiriça. Nas reportagens, nas entrevistas feitas com os comandantes e com os moradores, ficou evidente que toda a identificação existente com o Brasil (brasilidade) é produto da presença dos aquartelamentos.

A simbiose entre brasileiros e paraguaios ao longo da faixa fronteiriça é indissociável. Da mesma forma, os aquartelamentos e as cidades que os acolheram não podem ser analisados separadamente. A sub-região XII, denominada Bodoquena, é simbólica. Ela sintetiza bem esta ambiguidade cultural tão antiga e ao mesmo tempo tão atual. Se a fronteira é a epiderme de seu Estado, as organizações militares são o coração, que faz o pulsar desta organicidade, desta territorialização viva que este trabalho buscou apresentar.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, C. G. **O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) frente às vulnerabilidades brasileiras e seus reflexos na cooperação regional**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos, Rio de Janeiro, 2014.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Estabelece normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm. Acesso em: 03/11/2018.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: 2005.
- BECKER, B. K. Las. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 47 (3/4), jul./dez 1985, p. 357-371.
- BORBA, Vanderlei. **Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa**. *Historiae*, Rio Grande, v. 4, n. 2, 2013, p. 59-78.
- CABALLERO, Eliane Rodrigues; NINCAO, Onilda Sanches. **Fronteira Brasil/Paraguai: atuação de sujeitos bilíngues na Escola Perpétuo Socorro na cidade de Bela Vista**. *Anais do ENIC*, v. 1, n. 1, 2009.
- CERNEV ROSA, Marcelo Caetano. Considerações sobre duas diferentes formas de se fazer etnologia. **Terra e Cultura**, Londrina/PR., v. 37, n. 37, p. 39-55, 2003. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/37/Terra%20e%20Cultura_37-4.pdf. Acesso em 18.02.2012.
- CARDOSO, Alberto. **Fulcro social do Exército**. *Revista Verde-oliva*, Brasília, nº 230, p. 6-9, dez. 2015.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades Negociadas: Povos Indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas Regiões Centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012. 595 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.
- CATAIA, Márcio. **Território nacional e fronteiras internas. A fragmentação do território brasileiro**. 2001. 164 f. Monografia (Pós-Graduação em Geografia, Área de Humanas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COURLET, Claude. **Globalização e fronteira.** In: Ensaio FEE. Porto Alegre: n.17, 1996, p. 11-22.

FERREIRA NETO, Walfredo Bento. O poder de polícia atribuído ao Exército Brasileiro na faixa de fronteira terrestre.. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2281, 29 set. 2009.

GHETTI, Isabella Benini Lolli. **A questão urbana no universo fronteiriço: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã – MS.** Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 194 f. 2008.

GOMES, Joseli Fiorin. A contribuição da Rede Mercocidades para o desenvolvimento da integração fronteiriça junto ao MERCOSUL: o papel da paradiplomacia municipal sul-americana na concretização da integração regional em zonas de fronteira. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 4, p. 638-653, 2016.

HAYES, ROBERT AMES. Nação Armada: **a mística militar brasileira.** Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 3ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

LIMA, Eduardo H. de Oliveira; MATTOS, Elvis dos S. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 4, 2018, Aquidauana. **Anais...** Campo Grande: ATESAM, 2018. p. 58-71.

LUCATE, F. H. . **O contrato social em Hobbes e a permuta da liberdade natural pela segurança do estado civil.** Filogênese (Marília), v. 8, p. 43-50, 2015.

MACHADO, L. O. “Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica Brasileira”. In: Cadernos IPPUR/UFRJ, v. XXI, 2008. p. 9-31.

MATO GROSSO DO SUL. NFMS. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: 2012.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica.** v 3. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Manual de Campanha Brigada de Cavalaria mecanizada (C 2-3). 2ª ed., 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Abr 1998, vol.4, no.1, p.47-77.

PIERI, Vitor Stuart Gabriel de. **Dilemas da integração sul-americana: entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência.** Tese (Doutorado em

Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 222. 2014.

RATZEL, Friedrich. A relação entre o solo e o Estado-Capítulo I. O Estado como organismo ligado ao solo. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 29, p. 51-58, 2011.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008.

SANTOS, Carlos. Território e territorialidade. **Zona de Impacto**, Vol. 13, Setembro/Dezembro, ANO 11, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Orlando Bispo dos. **O Exército Brasileiro-34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as Territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina**. 2016, p. 120. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

SAUSI, José Luis Rhi; ODDONE, Nahuel. **A cooperação transfronteiriça entre as unidades subnacionais do MERCOSUL**. Tradução de Thauan Santos. Disponível em: <http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/31b47f3b39a610539b7531841e5f2795doc1port.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **A Fronteira política: alguns apontamentos sobre este tema clássico da Geografia Política**. In: Revista Acta Geográfica, ano II, nº4, jul./dez. de 2008.

SILVA, Simone Affonso. **Regionalização do Brasil: uma análise comparativa entre as propostas do IBGE, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira**. 2010. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SIMÕES, João Carlos Mogi. **Responsabilidade Social: Exército Brasileiro nas Ações Cívico Sociais na Região Amazônica**. 2010. 66 f. Monografia (Especialista em Gestão Pública) – Instituto A Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Edson Belo Clemente de; GEMELLI, Vanderléia. **Território, região e fronteira**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, v.13, n.2, p. 101-116, novembro de 2011.

SOUZA, M.L. O território: **sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. et al. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SIMÃO, A. R. F.; KURTZ, A. Do Front às Fronteiras: **Espaço e Poder nas Relações Internacionais**. In: Revista Século XXI, Porto Alegre, v. 5, nº2, Jul.- Dez 2014.

Outras Fontes:

Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

Aniversário do 10º R C Mec. Disponível em: <http://diarioms.com.br/10o-regimento-de-cavalaria-mecanizado-completa-170-anos>. Acesso em: 03/06/2017.

ALVES, Felipe Dalenogare. **O conceito de soberania: Do Estado Moderno até a atualidade.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8786. Acesso em: 30/11/2018.

Bonito é premiado pela 15ª vez como melhor destino de ecoturismo do Brasil. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/bonito-e-premiado-pela-15a-vez-como-melhor-destino-de-ecoturismo-do-brasil/>. Acesso em: 03/11/2018.

Brasil falha na fiscalização de 17 mil quilômetros de fronteira. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-falha-na-fiscalizacao-de-17-mil-quilometros-de-fronteira-11421408#ixzz3xR5mQLag>. Acesso em: 18/06/2016.

CABRAL, Anya. **O Nascimento do Estado e sua relação com o território.** Revista de Ciência Política. Disponível em < http://www.achegas.net/numero/47/anya_cabral_47.pdf > Acesso em: 19 out. 2015.

Corte de verba atinge SISFRON e afasta chance de Exército policiar fronteira. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/corte-de-verba-atinge-sisfron-e-afasta-chance-de-exercito-policiar-fronteira>. Acesso em: 20/06/2016.

Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://www.michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 28/11/2015.

Empresários brasileiros investem no Paraguai atraídos por incentivos governamentais. Disponível: <http://www.fiems.com.br/clippings/imprensa/empresarios-brasileiros-investem-no-paraguai-atraidos-por-incentivos-governamentais/21517>. Acesso em: 01/11/2018.

Estrangeiros sobrecarregam SUS na região de Guaíra e Foz. Disponível em: <http://www.portalguaira.com/saude-estrangeiros-sobrecarregam-sus-na-regiao-de-guaira-e-foz/>. Acesso em 01/11/2018.

Exército admite atraso no SISFRON, mas anuncia expansão para MT e Paraná. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/exercito-admite-atraso-no-sisfron-mas-anuncia-expansao-para-mt-e-parana>. Acesso em:10/01/2018.

Indústria de defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa>. Acesso em: 24/07/2016.

Os principais componentes da ‘genética’ cultural de MS. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/a-cultura-de-ms/>. Acesso em: 03/11/2018.

Página institucional do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/centro-de-comunicacao-social-do-exercito/267/>. Acesso em 03/11/2018.

Página institucional do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.9gac.eb.mil.br>. Acesso em: 03/11/2018.

Paraguaios cruzam fronteira para trabalhar ilegalmente em Foz. Disponível: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/paraguaios-cruzam-fronteira-para-trabalhar-ilegalmente-em-foz-97m14hnjvf1cizloupi5f2q1a/>. Acesso em: 01/11/2018.

Priberam. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/territorio>. Acesso em: 28/11/2015.

Priberam. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/territorial>. Acesso em: 28/11/2015.

RALLO, Juan Ramón. **Por que a economia não é um jogo de soma zero?** Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1751>. Acesso em: 28 de novembro de 2015.

Reitor apresenta projetos da UEMS para o Ministro da Defesa. Notícias. Disponível em: <http://www.portal.uems.br/noticias /detalhes/reitorapresenta-projetos-da-uems-para-o-ministro-da-defesa-153130>. Acesso em: 18/01/2016.

ANEXOS

ANEXO I



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA PLENA
UNIDADE DE JARDIM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de forma totalmente voluntária da pesquisa intitulada “TERRITORIALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA SUB-REGIÃO XII DO ARCO CENTRAL DA FAIXA DE FRONTEIRA”, com o objetivo de compreender e definir a territorialidade construída pelas organizações militares na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, dentro do cenário acadêmico internacional. Em pleno século XXI, é prioritário para o Brasil enquanto Nação de patrimônio natural e expressão mundial, sanar sua defasagem de atuação na Faixa de Fronteira: seja quanto ao controle de tráfego, seja quanto ao respaldo à população nas áreas de estrutura e de serviços.

Esta pesquisa está sendo coordenada pelo(a) professor(a) Orlando Moreira Junior, lotado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/Unidade de Campo Grande. Antes de concordar, é importante que o(a) senhor(a) compreenda a explicação as informações e instruções contidas neste documento.

Depois que o(a) senhor(a) estiver suficientemente esclarecido, você poderá assiná-lo, concordando com sua participação. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, possibilitando provavelmente benefícios futuros aos participantes da pesquisa, após a divulgação da mesma.

Será aplicado um questionário contendo questões tanto fechadas como abertas, além de múltipla escolha. Entendemos que o único risco ao qual o voluntário poderia estar exposto seria sua identificação. Portanto será garantido o sigilo das informações prestadas, os questionários não serão identificados. Em caso de dúvidas, poderá entrar em contato conosco através do seguintes telefone: Professor Orlando Moreira Júnior (67-981198580).

Atenciosamente,

Professor Orlando Moreira Junior (pesquisador responsável).

Eu, _____, declaro que li e entendi as informações deste termo e consinto em participar da pesquisa relatada. Sei que não existem riscos, que minha identidade será preservada.

Jardim, ___ de _____ de 2018 .

Assinatura do participante

ANEXO II

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MUNICÍPIOS DE JARDIM, NIOAQUE E BELA VISTA, NO ANO DE 2018

1- Sexo: () Masculino () Feminino

3- Idade:

2- Escolaridade:

3- Ocupação:

4- Renda familiar - Salário Mínimo (2018): R\$ 954,00

() Até 2 salários mínimos (R\$ 1.908,00)

() De 2 a 4 salários mínimos (R\$ 1.908,00-3.816,00)

() De 4 a 10 salários mínimos (R\$ 3.816,00-9.450,00)

() De 10 a 20 salários mínimos (R\$ 9.450,00 -19.080,00)

() Acima de 20 salários mínimos (R\$ 19.080,00)

5- Você possui ou possuiu algum tipo de vínculo com o Exército?

() SIM () NÃO

Se sim, qual?

6- Para você, quando ouve sobre o Exército, qual palavra vem à sua mente?

7- Para você, qual importância da presença do Exército na sua cidade?

8- Você já presenciou alguma atuação dos militares em sua cidade?

() SIM () NÃO

Se sim, qual (is)?

9- Você reconhece a atuação do Exército, como agente fiscal, em sua cidade, no combate aos delitos transfronteiriços (entorpecentes, remédios, eletrodomésticos, eletrônicos, entre outros) e ambientais (contrabando de espécies silvestres, caça ilegal, desmatamento)?

() SIM () NÃO

10- Você reconhece a ação do Exército no atendimento às demandas na área de saúde em sua cidade?

() SIM () NÃO

11- Você reconhece o Exército como importante agente socioeconômico em sua cidade, proporcionando postos de emprego, renda e capacitando mão-de-obra de jovens, durante o serviço militar obrigatório, ano após ano?

() SIM () NÃO

12- Você reconhece a presença do Exército como afirmadora da identidade nacional (ser brasileiro)?

() SIM () NÃO

13- Para você, quando ouve sobre a Fronteira, qual palavra vem à sua mente?

14- Você possui algum receio por morar numa região de fronteira?

() SIM () NÃO

Se sim, qual (is)?

ANEXO III

Questionário aplicado aos então comandantes dos quartéis do Exército sediados em Jardim, Nioaque e Bela Vista, no ano de 2016.

- 1) No mundo contemporâneo, como o senhor analisa a atuação do Estado no processo de organização territorial da região fronteiriça e seus desdobramentos?
- 2) Como é realizado na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira o trabalho de Responsabilidade Social pelo Exército Brasileiro, promovendo o bem estar populacional? Como e quando ocorreu a atuação da sua unidade nessa atividade?
- 3) Quais são as prerrogativas da ação militar fronteiriça?
- 4) Dentro dessas prerrogativas, como sua unidade é empregada?
- 5) Como combater a criminalidade transfronteiriça sem comprometer a integração econômica, política e social entre as nações amigas?
- 6) O que é o SISFRON? Qual é a sua importância estratégica?
- 7) Qual é o papel da sua unidade dentro desse sistema?
- 8) Como o Estado, através do Exército, e mais especificamente, através de sua unidade, estabelece relações de controle e poder na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, inerentes ao exercício da soberania?
- 9) Como o meio acadêmico, o Exército e o Estado podem trabalhar juntos para a manutenção da integridade e segurança da faixa de fronteira e de toda riqueza natural nela presente?
- 10) Gostaria de abordar algum assunto que não foi citado?